



MANUAL DE MELHORES PRÁTICAS PARA O ECOTURISMO – TURISMO SUSTENTÁVEL

Populações tradicionais



BASA EMBATUR



FINEP



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

PRAIA DO SANTÃO



MANUAL DE MELHORES PRÁTICAS PARA O ECOTURISMO – TURISMO SUSTENTÁVEL

Populações tradicionais



BASA EMBRATUR FINEP MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



CONSELHO DELIBERATIVO

Roberto Leme Klabin • Presidente
Cláudio Benedito Valladares Pádua • Vice-presidente

MEMBROS VOGAIS

Acadêmico

Benjamin Gilbert • Fundação Oswaldo Cruz
José Augusto Cabral • Consultor
Paulo Eugenio Oliveira • UFU

Ambientalista

Garo Batmanian • WWF/Brasil
Ibsen de Gusmão Câmara • FBCN
Jean Marc von der Weid • AS-PTA
Nurit Bensusan • ISA

Empresarial

José Luiz Magalhães Neto • Grupo Belgo Mineira
Roberto Konder Bornhausen • Unibanco
Roberto Leme Klabin • RK Hotéis e Turismo Ltda
Roberto Paulo Cezar de Andrade • Brascan

Governamental

João Paulo Capobianco • MMA

MEMBROS SUPLENTE

Acadêmico

Cláudio Valladares Pádua • UnB
Keith Spalding Brown Junior • Unicamp
Paulo Nogueira Neto • USP
Roberto Brandão Cavalcanti • UnB

Ambientalista

Clóvis Borges • SPVS
Jean-Pierre Leroy • Fase
José Adalberto Veríssimo • Imazon
M^a Dolores V. C. Melo • Soc. Nordestina de Ecologia

Empresarial

Edgar Gleich • Consultor
Guilherme Peirão Leal • Natura Cosméticos
Juscelino Martins • Martins Comércio & Serviço Distribuição S.A.
Maria Mercedes von Lachmann • Grupo Lachmann

Governamental

Paulo Kageyama • MMA
Ronaldo Weigand Junior • MMA

SECRETARIA EXECUTIVA

Pedro Leitão • Secretário Geral

FUNBIO

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
Largo do Ibam 01, 6º andar
Humaitá - Rio de Janeiro, RJ - 22.271-020
(21) 2123-5300
www.funbio.org.br



SECRETARIA EXECUTIVA

Maria Clara Soares • Coordenadora de programas Funbio
Roberto M. F. Mourão • Diretor técnico programa MPE | Ecobrasil

CONSULTORES

Ariane Janer • Ecobrasil | Bromélia
Marcos Borges • Ecobrasil | Grupo Nativa

COMITÊ TÉCNICO

Ariane Janer • Ecobrasil | Bromélia
Jeane Capelli Pen • Rain Forest Alliance
Marcos M. Borges • Ecobrasil | Grupo Nativa
Mário Mantovani • SOS Mata Atlântica
Oliver Hillel • U. N. Environment Program
Rogério Dias • Cerrado Ecoturismo
Sônia Rigueira • Terra Brasilis
Werner Kornelx • Banco Mundial

EQUIPE TÉCNICA

Luciana Martins • Gerente de programa
Maria Aparecida Arguelho • Coordenadora de campo
Marcos Amend • Coordenador de campo
Valéria Braga • Coordenadora técnica
Michele Ferreira • Assistente de programa

Ecobrasil | MPE

Melhores Práticas para o Ecoturismo
Rua Visconde de Pirajá 572, 2º andar
Ipanema - Rio de Janeiro, RJ - 22.410-002
Tel: (21) 2512-8882
www.ecobrasil.org.br
www.mpe.org.br

APOIO

Marcus Vinícius C. Pires • Assistente administrativo

Estagiários

Bárbara Nunes, Daniel Soares, Flávia Bichara

Mensageiro

Claudio Silvino

Corpo técnico - Autores e instrutores

Ana Cláudia Lima e Alves, Ana Elisa Brina, Ana Maria Saens Forte, Ariane Janer, Armando Cypriano Pires, Carlos Alberto Mesquita, Cláudia de Sousa, Dante Buzzetti, Equipe Tamar, Evandro Ayer, Fábio de Jesus, Fábio Ferreira, Fábio França Araújo, Fábio Vieira Martinelli, Fernanda Messias, Gerson Scheuffer, Humberto Pires, Jean Dubois, Jeane Capelli Pen, Leonardo Vianna, Liana Sá, Lucila Egidio, Luiz Gustavo Barbosa, Marcelo Oliveira, Marcelo Skaf, Márcia Gomide, Maria Aparecida Arguelho, M^a das Graças Poncio, Maria Clara Soares, Márcio Viana, Marcos Martins Borges, Marcos Nalom, Paul Dale, Paulo Bidegain, Paulo Boute, Paulo D'Ávila, Pedro Bezerra, Renato de Jesus, Roberto M.F. Mourão, Rogério Dias, Rogério Zouein, Rui Barbosa da Rocha, Salvador Silva, Sandro Sáfiadi, Sebastião Alves, Sérgio Pamplona, Sônia Elias Rigueira, Suzana Sperry, Tasso de Azevedo, Waldir Joel de Andrade

M294 Manual de melhores práticas para o ecoturismo /
Organizador: Roberto M. F. Mourão. - Rio de
Janeiro: FUNBIO; Instituto ECOBRASIL,
Programa MPE, 2004.
58p. : il ; 21 cm

1. Ecoturismo – Manual. I. Título.

CDD: 338.47

ORGANIZADOR Roberto M. F. Mourão • **PRODUÇÃO EXECUTIVA** Lindamara Soares • **ESTAGIÁRIO** Luiz de Melo F. Castro Neto

PROJETO GRÁFICO Imaginatto Design e Marketing • **ILUSTRAÇÕES** José Carlos Braga • **REVISÃO** AnaCris Bittencourt e Marcelo Bessa • **FOTO DA CAPA** Roberto M. F. Mourão

ESTE MANUAL É UM DOS PRODUTOS DO PROGRAMA “MELHORES PRÁTICAS PARA O ECOTURISMO”, PROMOVIDO PELO



EM PARCERIA COM



APOIO



Montcamp Equipamentos

Wöllner Outdoors

O *Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) é uma organização não-governamental, criada em outubro de 1995, cuja missão é apoiar ações estratégicas de conservação e uso sustentável da biodiversidade no Brasil. Com esse fim, o Funbio capta e gere recursos financeiros, estimulando o desenvolvimento de iniciativas ambientais e economicamente sustentáveis. Sua atuação é pautada na Convenção da Diversidade Biológica, acordo internacional assinado durante a Rio 92.*

O Funbio é dirigido por um conselho deliberativo, formado por lideranças dos segmentos ambientalista, empresarial, acadêmico e governamental. É operado por um comitê executivo, seis comissões técnicas e uma secretaria executiva que conta com profissionais de diferentes áreas.

Ao longo de oito anos de trabalho, o Funbio apoiou mais de 60 iniciativas nas áreas de conservação, agrobiodiversidade, manejo florestal não-madeireiro, manejo florestal madeireiro,

de recursos pesqueiros, ecoturismo e Agenda 21 local, totalizando um desembolso de aproximadamente US\$ 7,1 milhões até o ano de 2003. Seu público-alvo é o setor produtivo brasileiro, bem como organizações não-governamentais e associações comunitárias comprometidas com o desenvolvimento sustentável, além das comunidades locais beneficiárias de suas ações.

O ecoturismo começou a ser investigado como área potencial de trabalho para o Funbio em 1999, dentro do Programa de Estudos Estratégicos. A pesquisa constatou carência na área de capacitação de profissionais que atuam em empreendimentos de ecoturismo.

A resposta a esse problema foi o desenvolvimento do Programa MPE, com o objetivo de definir um conjunto de “melhores práticas” que sirvam de referência para projetos de ecoturismo no Brasil. Este manual que você tem em mãos é um dos frutos desse trabalho.

Pedro Leitão
Secretário Executivo



Desenvolvimento sustentável

O conceito de sustentabilidade, proposto pela Comissão Brundtland no informe “Nosso futuro comum” (1987), despertou um intenso processo de discussão. Diferentes interpretações vêm sendo formuladas desde então, trazendo visões de mundo por vezes conflitantes e bastante diversas. Uma contribuição inequívoca trazida pelo conceito de sustentabilidade foi o reconhecimento da necessidade de integrar a dimensão ambiental ao conceito de desenvolvimento. A Rio 92 trouxe o desafio de estabelecer uma série de acordos voltados a enfrentar a destruição do planeta, bem como de integrar a participação dos cidadãos como fator fundamental para o alcance do desenvolvimento em bases sustentáveis.

O reconhecimento da finitude dos recursos naturais do planeta trouxe à tona uma questão fundamental. Se os recursos são limitados, que valores, deveres e obrigações devem regular a distribuição e o acesso aos recursos disponíveis?

Considerando que os países ricos, com menos de 20% da população mundial, consomem 80% dos recursos mundiais, enquanto os países mais pobres consomem apenas 2% dos recursos, falar em sustentabilidade nos conduz à necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento em curso, que vem gerando não apenas um padrão de produção e de consumo excludente do ponto de vista social, como também insustentável do ponto de vista ambiental.

Após 12 anos da Rio 92, apesar de não se registrarem avanços significativos no enfrentamento das questões estruturais de equidade socioambiental essenciais para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento, verifica-se o nascimento de um sem-número de novas organizações, propostas e iniciativas voltadas para a conservação e o uso sustentável de recursos naturais, que buscam conciliar o desenvolvimento econômico com a justiça social e a sustentabilidade ambiental.



Neste contexto, situam-se os esforços para o desenvolvimento de um modelo de turismo socialmente responsável. O turismo sustentável utiliza o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista, promovendo o bem-estar das populações envolvidas. Por esse motivo, vem destacando como importante aliado na conservação do meio ambiente e como alternativa econômica que estimula a inclusão social. O Brasil é um país extremamente rico em recursos e em belezas naturais, possui entre 15% e 20% da biodiversidade e 13% da água doce do mundo e abriga enorme diversidade cultural. O aproveitamento desse potencial por meio do desenvolvimento de estratégias que fortaleçam o turismo participativo, solidário e sustentável é, sem dúvida, uma grande oportunidade para o país.

Maria Clara Couto Soares
Coordenadora de Programas *Funbio*



Manual de Melhores Práticas para o Ecoturismo (MPE)

O **Manual MPE** foi criado com o objetivo inicial de ser utilizado nos cursos de capacitação dos monitores MPE, em suas consultas e complementação de conhecimentos, e também de servir como material didático para os envolvidos, local e regionalmente, com os projetos conveniados.

Porém, em virtude da carência de publicações sobre ecoturismo e desenvolvimento sustentável, abordados de forma prática e sucinta no Brasil, o comitê gestor do Programa MPE decidiu produzir e disponibilizar o conjunto a um público mais amplo, atendendo a uma necessidade das demais pessoas interessadas pelos temas abordados.

Este manual pretende ser uma ferramenta dinâmica, com flexibilidade para incorporar sugestões e críticas, conforme os avanços do Programa MPE, recebendo informações dos trabalhos de campo, por meio do sistema de monitoramento.

A idéia básica é que, à medida que o Programa MPE seja implementado, ajustado e reeditado com práticas propostas aplicadas no campo e avaliadas, o manual também seja ajustado e acrescido, sempre buscando melhorar as práticas anteriormente estabelecidas. A disponibilização dos tópicos e subtópicos será feita de forma gradativa, e o manual será ajustado mediante sugestões e críticas, até mesmo com distribuição em meio eletrônico.

Aos autores dos temas foi solicitado que se limitassem a textos teóricos condensados entre cinco e dez páginas, sem, contudo, prejudicar o conteúdo. A condensação sugerida, a princípio, pode até ser considerada negativa, mas seu objetivo é estimular o público leitor a se concentrar no que for mais essencial dentro do assunto, abstraindo-se do que for supérfluo ou secundário. Nesse sen-

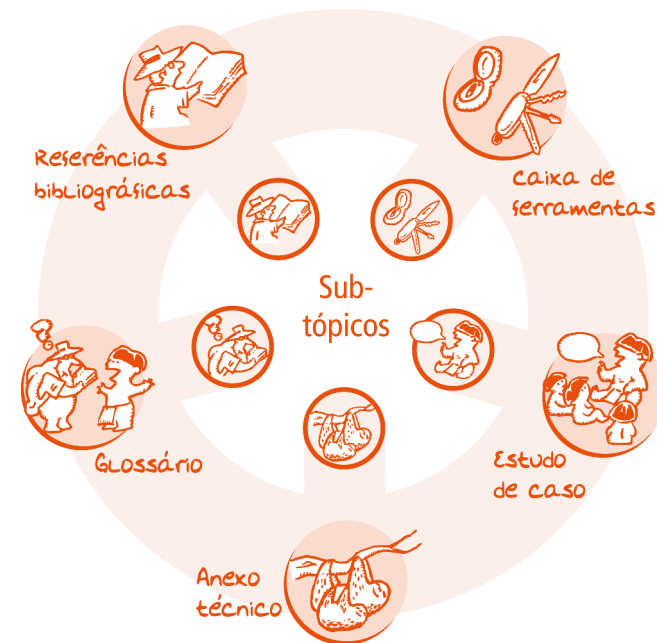
tido, tal decisão pode ser encarada de forma positiva, visando oferecer ao público o melhor aproveitamento possível.

Formato

O **Manual MPE** é composto de: **Módulos Temáticos**, subdivididos em **Seções**, **Tópicos** e **Subtópicos**. Na composição dos **Tópicos (Texto teórico)**, de acordo com o tema que está sendo tratado, podem vir a fazer parte como **subtópicos**: **Caixa de ferramentas**, **Estudo de caso**, **Anexo técnico**, **Glossário** e **Referências bibliográficas**.

Desejamos a você uma boa leitura e um aproveitamento prático melhor ainda.

Roberto M. F. Mourão
Organizador do Manual MPE



Populações tradicionais

1. Interagindo com comunidades

1.1 Trabalho com populações tradicionais 14

por Ana Claudia Lima e Alves e Ana Gita

- Caixa de ferramentas 18
- Referências bibliográficas 20

1.2 Importância e formas de organização social 21

por Suzana Sperry

- Caixa de ferramentas 30
- Anexo técnico 31
- Referências bibliográficas 35

2. Educação ambiental e o uso de recursos naturais

2.1 Educação ambiental para comunidades 38

por Sandro Sáfadi

- Caixa de ferramentas 43
- Referências bibliográficas 46

2.2 Educação sanitária e saúde de viajantes 47

por Marcia Gomide Mello e Alberto Ramos Jr.

- Caixa de ferramentas 56
- Referências bibliográficas 58



1. INTERAGINDO COM COMUNIDADES

.....
Manual de Melhores Práticas para o Ecoturismo – Turismo Sustentável | Populações tradicionais

Neste capítulo, o público terá oportunidade de conhecer o conceito de populações tradicionais, e todas as definições que o envolvem, assim como sua importância na busca e manutenção do desenvolvimento sustentável. Também terá como aprender mais informações sobre o patrimônio cultural e a relação entre populações tradicionais, uso sustentável dos recursos naturais e o ecoturismo.



1.1

TRABALHO COM POPULAÇÕES TRADICIONAIS

ANA CLAUDIA LIMA E ALVES E ANA GITA

Populações tradicionais são grupos humanos que vivem em estreita relação com o ambiente natural, dependendo dos recursos naturais para produzir e reproduzir sua existência, por meio de atividades orientadas pela tradição e com baixo impacto ambiental.¹

O termo “populações tradicionais” foi inicialmente adotado para designar seringueiros e, depois, caiçaras, ribeirinhos, remanescentes de quilombos e outros grupos sociais. Foi um termo atribuído às populações não-indígenas que, apesar de não deterem direitos originários sobre o território, constituem universos culturais específicos que merecem tratamento cuidadoso para sua abordagem e compreensão.²

A cultura que as distingue pode ser entendida como um código de convívio social e de relacionamento com o mundo, um conjunto de regras orientadoras das relações de parentesco, de compadrio e de vizinhança ou, ainda, das formas diferenciadas

de apropriação do meio ambiente, do conhecimento a ele associado e das tecnologias patrimoniais desenvolvidas para seu manejo.³

É necessário notar que as populações tradicionais não se reconhecem como tal. Trata-se, antes, de um termo atribuído a determinados grupos sociais por ambientalistas, antropólogos e outros especialistas para abarcar a diversidade cultural desses grupos. Todavia, devem ser vistos na condição de sujeitos políticos, conscientes de sua identidade, capazes de se organizar para defender seus interesses e de se relacionar com outros grupos semelhantes, com instituições do governo, com organizações não-governamentais e com o mercado (empresários), com base na sua tradição e por meio de negociações. São grupos detentores de direito – direito a ter direitos, seja ao território, a matérias-primas, à preservação do seu modo de ser, à sua cultura – e devem, em contrapartida, promover o uso sustentável do ambiente natural em que vivem.

Especialistas e instituições da área da cultura, nas três esferas governamentais, estendem o conceito de população tradicional também aos grupos sociais urbanos – moradores de vilas, cidades e centros históricos, protegidos ou não pela legislação de tombamento (instrumento legal de preservação do patrimônio cultural).⁴

O entendimento da cultura é o de que todo e qualquer grupo social produz bens e valores culturais que servem de referência à sua ação, memória e identidade. Assim, é possível reconhecer as diferenças nos



Artesão elaborando banco em madeira. O artesanato é uma atividade que possibilita ganhos acessórios ao turismo

Arquivo Funbio

¹ As definições sobre populações tradicionais aqui adotadas tiveram por base texto de Mauro Almeida e Manuela Carneiro da Cunha para o Seminário Consulta, realizado em Macapá de 21 a 25 de setembro de 1999.

² As populações indígenas se diferenciam das populações tradicionais porque são detentoras de uma série de direitos especiais – sobre o território que ocupam e seus recursos naturais, sobre seus padrões culturais etc. – garantidos por legislação específica. Assim, qualquer projeto de ecoturismo envolvendo populações indígenas tem de ser previamente autorizado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e pelas comunidades indígenas.

³ Tecnologias patrimoniais – ou técnicas patrimoniais – são os conhecimentos tradicionais aplicados na fabricação de roupas, remédios, utensílios, bebidas, comidas, embarcações, casas. Compreendem desde os modos de fazer os produtos até a criação dos instrumentos que permitem sua fabricação. Por exemplo, o moinho, o tear, a casa de farinha, o alambique, o fogão de lenha, técnicas construtivas etc.

⁴ Tombamento: conjunto de ações realizadas pelo poder público, com o objetivo de preservar – por meio da aplicação de legislação específica – bens culturais de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e ambiental de interesse para a população, impedindo que venham a ser demolidos, destruídos ou mutilados. O tombamento pode ser federal, estadual ou municipal, segundo a existência de legislação específica nessas esferas de governo. O tombamento federal é regido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Em qualquer dessas esferas, o bem tombado fica protegido. O órgão federal responsável pelo tombamento é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

modos de criar, fazer e viver de uma determinada comunidade do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais; de outra comunidade de Barcelos, no Amazonas; de Caruaru, em Pernambuco; da Ilha de Santa Catarina, por exemplo. Cada comunidade/população tem a sua própria cultura, formadora de sua identidade, diferente e particular.⁵

Os elementos organizadores da identidade das populações tradicionais são suas práticas culturais, isto é, o conjunto de atividades específicas, desenvolvido na vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e os significados atribuídos a ele por esses grupos. Como qualquer outro grupo social, as populações tradicionais também estão sujeitas às transformações culturais resultantes da história de contato com outros grupos, com instituições do Estado e com o mercado, sem que isso signifique a perda de sua “condição tradicional”.

É importante entender a tradição como um elenco de práticas culturais constantemente reiterado, mas também transformado e atualizado, que mantém para o grupo um vínculo do presente com seu passado. Nesse sentido, é a tradição que mantém a identidade de uma coletividade.

O conjunto dessas práticas forma o patrimônio cultural, elemento determinante das condições de existência e continuidade das populações tradicionais. Isso inclui os aspectos materiais, tangíveis e visíveis da

tradição e os intangíveis ou imateriais. Nessa medida, a produção “material” e “imaterial” que constitui seu patrimônio cultural deve merecer cuidados especiais para sua preservação e auto-sustentabilidade, tanto por parte do governo, por meio de instrumentos legais e de políticas públicas, como por parte de organizações não-governamentais e, especialmente, de empreendedores econômicos, por meio do estabelecimento de mecanismos específicos, como convênios, contratos, termos de cooperação etc.

Patrimônio cultural

A noção de patrimônio cultural é fundamental para entender claramente os conceitos de desenvolvimento sustentável, preservação ambiental, turismo sustentável, ecoturismo e, conseqüentemente, para possibilitar a realização de suas atividades.

A raiz da palavra patrimônio é herança paterna. Quando se trata de patrimônio cultural seu significado está associado à construção e à acumulação de bens e à sua permanência no tempo e no espaço. Está associado, portanto, à história e à sua continuidade e trajetória. São os testemunhos da história e da cultura produzidas pelos grupos sociais que permitem conhecer o modo de vida de pessoas que viveram em outras épocas e lugares, em situações diferentes das nossas, mas que, como nós,

trabalharam, lutaram, amaram, sofreram, foram felizes ou tristes. Tudo isso nos dá a consciência de que fazemos parte de um todo maior, que continua nos dias de hoje e que se estenderá para o futuro.

Nessa escalada humana, as atividades foram surgindo num longo processo de fazer e conhecer, conhecer e fazer. Por exemplo: saber as plantas que curam doenças, onde as encontrar e como utilizá-las ou, ainda, saber aquelas que podem ser comidas e como prepará-las; quais os melhores materiais e maneiras de se construir uma casa, uma estrada, uma ponte; quais os meios mais práticos para transportar as coisas de um lugar a outro; como levar água ou energia da fonte até o local de uso; como avaliar distâncias, quantidades, peso etc. Tudo isso constitui um acervo de conhecimentos que as pessoas, orientadas por suas tradições, construíram e continuam produzindo num trabalho contínuo, compartilhado com outras pessoas e pela interação com outras tradições, outras culturas. É um processo cumulativo e irreversível.



Comunitários trabalham fibras para confecção de artesanato em Novo Airão, Amazonas

Arquivo Fumbio

⁵ Neste trabalho, os termos comunidade e população possuem o mesmo significado. Segundo o dicionário *Novo Aurélio Século XXI*, comunidade é: “O corpo social; a sociedade [...]. Qualquer grupo social cujos membros habitam uma região determinada, têm um mesmo governo e estão irmanados por uma mesma herança cultural e histórica. [...]. Qualquer conjunto populacional considerado como um todo, em virtude dos aspectos geográficos, econômicos e/ou culturais comuns: [exemplo] a comunidade latino-americana. [...] Sociol. [sociologia] Agrupamento que se caracteriza por forte coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos”. População: “O conjunto de habitantes de um território, de um país, de uma região, de uma cidade etc. [...] O número desses habitantes. [...] Conjunto de pessoas pertencentes a uma determinada categoria num total de habitantes”.

A caminhada permite acumular uma bagagem com todo o acervo das coisas que fomos produzindo e aprendendo. Assim são, por exemplo, as coisas que podemos chamar de materiais, como um machado de pedra, um vaso de cerâmica, documentos, fotografias, igrejas, conjuntos urbanos, uma casa, um automóvel, livros, esculturas, pinturas etc. Existem também os valores e os saberes que são chamados imateriais porque são oralmente transmitidos de geração a geração, de pai para filho, como o sistema de crenças e valores éticos e espirituais; como as tecnologias patrimoniais de produção da cachaça, da farinha, do queijo de Minas, das panelas de barro preto do Espírito Santo; como o conhecimento sobre a melhor maneira de usar a natureza e organizar a produção.

Além disso, os valores, as crenças, os símbolos, as linguagens – por meio das quais as pessoas registram, expressam e transmitem o que pensam, o que sentem e tudo o mais que diga respeito às suas vidas – também pertencem a esse acervo revelador daquilo que fomos, do que somos e do que poderão vir a ser as futuras gerações. Tudo isso constitui o patrimônio cultural dos diferentes grupos formadores da sociedade, isto é, um conjunto de bens, valores e manifestações que as pessoas vão produzindo em comum e que é transmitido às gerações subseqüentes.

Por tudo isso, pode-se compreender a importância de valorizar e preservar o patrimônio cultural. Ele revela o que somos. Nossa identidade é o resultado de seu processo contínuo e dinâmico de criação e

recriação. A cultura não é algo estático que, uma vez criado, permanece sempre igual. Ao contrário, está sempre em construção. Assim, não se deve pensar que patrimônio cultural refere-se somente ao passado. Afinal, cada momento do passado também foi presente um dia. A igreja que hoje vemos como antiga foi construída por pessoas como nós, a exemplo da Catedral de Brasília. Significa que aquilo que fazemos hoje ficará como herança para os nossos descendentes.

Da mesma forma, patrimônio cultural pode ser entendido como tudo que está à nossa volta. Tudo o que aconteceu, desde milhares de anos, e que continua acontecendo faz parte da dinâmica da história de cada cultura. Portanto, patrimônio cultural não diz respeito somente aos grandes monumentos históricos, aos vestígios arqueológicos, aos quadros de pintores famosos, a obras clássicas da literatura etc. Refere-se também a tudo aquilo que nos cerca, a todas as atividades que realizamos em nosso dia-a-dia, à forma pela qual entendemos o mundo e nele interferimos.

Todo o longo processo de fazer história, construir e atualizar a cultura acontece por meio de três relações fundamentais:

- 1) as relações das pessoas e do seu grupo social com a natureza;



- 2) as relações das pessoas e dos grupos entre si; e
- 3) as relações das pessoas e dos seus grupos sociais com seu sistema de crenças.

O patrimônio cultural é produto dessas três relações fundamentais, pois são elas que estruturam as tradições e, portanto, as diversas maneiras de ser dos grupos humanos e as diferentes maneiras de como se apropriam da natureza. Entende-se, assim, que a diversidade cultural é indissociável das outras dimensões da diversidade ambiental – a geodiversidade e a biodiversidade do ambiente ocupado por esses grupos.⁶ ■

⁶ Geodiversidade – conjunto dos atributos constituintes do meio físico (desde as rochas do subsolo, o relevo, o clima, os solos até as águas subterrâneas e superficiais), resultante da atuação cumulativa de processos geológicos múltiplos, condicionadores da paisagem e propiciadores da diversidade biológica e cultural ali instaladas, em permanente interação.



Caixa de ferramentas

Populações tradicionais e uso sustentável do meio ambiente

Pesquisas realizadas com seringueiros, ribeirinhos, caiçaras etc. revelaram que essas populações têm preservado o meio ambiente em que vivem e, mais que isso, têm ampliado sua biodiversidade. Todavia, o contato com outros segmentos sociais, incluindo turistas, e as necessidades criadas pela economia de mercado provocaram mudanças culturais que induziram à superexploração predatória dos recursos patrimoniais, bem como ao abandono de valores organizadores da tradição do grupo, com conseqüente perda da sustentabilidade. A cidade de Paraty, no estado do Rio de Janeiro, é um exemplo clássico dessa perda.

Mas isso não precisa ocorrer necessariamente. Sob certas condições, adequadamente discutidas e negociadas, as populações tradicionais podem conservar o que consideram essencial em sua cultura e no meio ambiente, mesmo com a introdução de mudanças em seu modo de vida.

Tanto é assim que, hoje, populações tradicionais se relacionam e defendem seus interesses não somente com segmentos sociais das frentes pioneiras (garimpeiros, madeireiros, indústria pesqueira, agroindústria etc.), mas também realizam parcerias com instituições governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, buscando formas de desenvolvimento econômico sustentável, em

harmonia com a preservação de sua cultura e com a conservação do meio ambiente. São exemplos: o desenvolvimento de atividades de turismo cultural pela comunidade de São Raimundo Nonato, no Piauí, que vem explorando de forma sustentável os sítios arqueológicos do Parque Nacional da Serra da Capivara, e o ecoturismo desenvolvido pela Organização dos Seringueiros de Rondônia.

O ecoturismo necessita de condições adequadas para sua concretização. A realização de um diagnóstico das condições do lugar e da comunidade é imprescindível a qualquer projeto de ecoturismo. Esse diagnóstico deve contemplar pesquisa de campo precedida de levantamento de informações documentais, mapas, guias, censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), consultas ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Iphan, Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), instituições de pesquisa e ensino atuantes na região e à prefeitura local. Com base nessas informações preliminares, a pesquisa de campo deve ser planejada.

O resultado da pesquisa de campo deverá indicar, entre outros fatores, os possíveis interlocutores locais, a infra-estrutura necessária a ser providenciada, os cuidados a serem tomados de modo a garantir tanto a sustentabilidade do empreendimento como a participação eqüitativa da comunidade. Deverá ainda fornecer indicadores para avaliação dos impactos econômicos, culturais e ambientais do empreendimento.

As pessoas que realizarão essa pesquisa de campo devem sempre: pedir licença “para chegar”, apresentar-se, informar com clareza quem são, o que pretendem e qual é a proposta de trabalho. Esses pesquisadores devem ter em conta,

ainda, que seu conhecimento e entendimento do mundo não é melhor do que o das pessoas dessa comunidade, apenas diferente.

Sugerem-se, como roteiro básico desse diagnóstico, as seguintes questões:

- quantos são os membros da comunidade?
- Há quanto tempo vivem ali?
- Quais são as famílias mais antigas?
- Quem são os líderes da comunidade?
- Quais são as atividades econômicas mais importantes?
- A comunidade dispõe de escola e hospital?
- A comunidade dispõe de quais outros serviços públicos de infra-estrutura?
- Qual a cidade mais próxima?
- A comunidade mantém contato com as cidades próximas? Como são essas relações?
- Existem hospedarias e restaurantes nesse lugar?
- Quais são as comidas típicas do lugar? Como é o abastecimento de alimentos?
- Quais são as festas tradicionais?
- Quem é o santo padroeiro do lugar, quando e como é festejado?
- Existem benzedeiças e/ou rezadores no lugar? E mateiro?
- Quem são os melhores contadores de caso?
- Como a comunidade se diverte?
- Existem rios, grutas, cachoeiras na região? É fácil chegar? Como se chega?



As respostas a essas questões devem ser buscadas sem pressão de tempo, respeitando-se o ritmo e a maneira local, pois o processo de pesquisa deve servir como forma de aproximação e estabelecimento de uma relação de troca de conhecimentos e confiança entre pesquisadores (representantes do futuro empreendimento de ecoturismo) e a comunidade.

As informações obtidas pelos levantamentos documentais, as consultas a instituições e a pesquisa de campo devem ser organizadas de modo a permitir sua interpretação e consolidação no diagnóstico. O conhecimento proporcionado por esse diagnóstico é fundamental para embasar as negociações com as comunidades e seus líderes, como forma de viabilizar a implantação do projeto de ecoturismo e garantir sua sustentabilidade.

Ecoturismo

Tem-se observado o surgimento de novos mercados, interessados no consumo de bens produzidos em ambientes conservados, ecologicamente equilibrados e socialmente mais justos. Nesses casos, a contrapartida das populações tradicionais deverá ser a manutenção da biodiversidade e dos elementos da tradição, da cultura, organizadores de seu manejo.

O ecoturismo constitui um desses novos mercados. Sua demanda está orientada para nichos culturais e ambientais específicos e conservados como são os parques nacionais e as comunidades/populações tradicionais e até terras indígenas. Vale lembrar que o ecoturismo é o resultado da relação entre geodiversidade, biodiversidade e diversidade cultural, possuindo, como elemento fundamental de gestão sustentada, a preservação do patrimônio cultural e a conservação do meio ambiente.

Nesse caso, é imprescindível o estabelecimento de parcerias entre populações tradicionais e instituições governamentais e não-governamentais, ligadas à preservação ambiental e ao ecoturismo, que garantam efetivamente os interesses dessas populações/comunidades tradicionais. A preservação desses interesses pressupõe as seguintes condições:

1. as populações/comunidades tradicionais devem ser devidamente informadas sobre a importância de seu patrimônio cultural e ambiental e sobre seus potenciais e fragilidades – explicitação do conceito de capacidade de carga;
2. devem, por determinação do grupo, decidir quais itens da sua cultura e do meio ambiente poderão se constituir em produto. Em outras palavras, quais os aspectos de seu patrimônio cultural e ambiental, tanto material como imaterial, representativos do grupo social, poderão ser expostos ao consumo turístico, sem risco de perda;
3. devem ter acesso e conhecimento à legislação que normatiza as ações do Estado para as áreas da cultura e do meio ambiente, lembrando que a utilização do patrimônio arqueológico para fins turísticos deverá ser, obrigatoriamente, autorizada pelo Iphan, da mesma maneira que o uso dos vestígios paleontológicos, pelo DNPM, e as grutas e o patrimônio espeleológico, pelo Ibama;
4. devem ser interlocutoras obrigatórias em negociações que venham a ser feitas com instituições governamentais, não-governamentais e com o mercado (ou setores de mercado, por exemplo, operadores e empreendedores da indústria turística);
5. devem ser qualificadas como parceiras na interpretação dos atrativos e atividades de ecoturismo

mo – trilhas, roteiros, centros de recepção de visitantes etc. –, no planejamento e na implantação de serviços turísticos e na definição dos elementos do patrimônio cultural e ambiental que serão objeto de proteção, e não de consumo;

6. na introdução de novos hábitos e comportamentos, necessários à criação de serviços de infra-estrutura turística (como pousadas, restaurantes, sinalização de trilhas, capacitação e treinamento de guias), devem valorizar os conhecimentos tradicionais do lugar, incorporando-os, tanto quanto possível, com base em diagnóstico das condições locais de abastecimento de alimentos e oferta de serviços;
7. seja pelo Estado, seja pelos empreendedores de turismo, devem ser providas de serviços básicos de água, esgoto, saneamento, luz, telefone, posto de saúde etc. simultaneamente ao planejamento e à implantação de serviços turísticos. Afinal, não existe possibilidade de turismo sustentável em lugares não sustentáveis;
8. os cursos de treinamento que lhes serão proporcionados devem possibilitar uma melhor adequação e conhecimento sobre as demandas que advêm da economia de mercado, como a indústria turística. Significa criar condições locais de capacitação e valorização profissional, de modo a tornar o turismo uma alternativa econômica realmente viável e sustentável.

Em suma, assegurar a participação das populações tradicionais em todos os momentos dos projetos de ecoturismo – desde o planejamento até a avaliação continuada – significa garantir sua sustentabilidade. Afinal, a comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio. ■



Referências bibliográficas

- ALMEIDA, M.; CUNHA, Manuela Carneiro da. **Populações tradicionais e conservação**. Instituto Socioambiental. Subsídio ao GT Povos Indígenas e Populações Tradicionais. Seminário Consultata. Macapá, 1999.
- ANDERSON et al. **O destino da floresta**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- CASTRO, E.; PINTON, F. (Orgs.). **Faces do trópico úmido**: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup, 1997.
- COSTA, Lúcia. F. **Os fantasmas do vale**: qualidade ambiental e cidadania. Campinas: Unicamp, 1993.
- DIEGUES, Antonio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Napaub; USP, 1994.
- EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, 1994.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC; Iphan, 1986.
- IPHAN. **Patrimônio Cultural – Boletim Informativo nº 1**, 1991. (14ª Coordenação Regional).
- _____. **Patrimônio Cultural – Boletim Informativo nº 2**, 1991. (14ª Coordenação Regional).
- _____. **Patrimônio Cultural – Boletim Informativo – Edição Especial**, 1992. (14ª Coordenação Regional).
- _____. **Patrimônio Cultural – Boletim Informativo nº 3**, 1993. (14ª Coordenação Regional).
- _____. **Patrimônio Cultural – Boletim Informativo nº 4**, 1994. (14ª Coordenação Regional).
- _____. **Patrimônio Cultural – Boletim Informativo nº 5**, 1995. (14ª Coordenação Regional).
- _____. **Patrimônio Cultural – Boletim Informativo nº 6**, 1995. (14ª Coordenação Regional).
- _____. **Patrimônio Cultural – Para Preservar**. 1994. (14ª Coordenação Regional).
- _____. **Patrimônio Cultural – Conhecer para Preservar/Preservar para Conhecer**. 1995. (14ª Coordenação Regional – 17ª SR II).
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?**. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- MURTA, Stela M.; GOODEY, B. **Interpretação do patrimônio para o turismo sustentado** – Um guia. Belo Horizonte: Sebrae, 1995.
- OLIVEIRA, Ana Gita; MOTTA, Mariza Veloso. **A relação possível entre a questão indígena e o patrimônio cultural**. Subsídio Inesc. Brasília, 1997.
- RIBEIRO, B. **Amazônia urgente**: cinco séculos de história e ecologia. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. **Bens culturais e proteção jurídica**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1997.

Este capítulo está repleto de informações acerca da importância da organização social para a promoção do ecoturismo. O público terá acesso aos conceitos e às formas mais freqüentes de organização, bem como aos principais motivos que levam à sua formação no meio urbano e, particularmente, no meio rural. Como auxílio, o leitor vai receber um modelo de formulário de prestação de serviços utilizado em uma associação voltada ao ecoturismo, além de um modelo de estatuto de associação.

1.2

IMPORTÂNCIA E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

SUZANA SPERRY



O que é uma organização social? Trata-se de um instrumento de ação que se define pelo conjunto das atividades mantidas por um grupo de pessoas que se aproximam com um interesse comum. Origina-se de um problema que apenas pode ser resolvido coletivamente, depende dos que criaram a organização e do contexto onde for instalada, seja cultural, histórico ou político. Pode assumir diferentes formas porque se relaciona com o objetivo para o qual foi criada. As organizações profissionais mais conhecidas são:

- **sindicato** – sociedade civil/sindical sem fins lucrativos que promove a defesa dos direitos e dos interesses individuais e coletivos de determinada categoria de trabalho, representando-a em questões judiciais e administrativas;
- **cooperativa** – sociedade civil/comercial sem fins lucrativos que viabiliza e desenvolve atividades de consumo, produção e crédito, presta serviços e comercializa de acordo com os interesses dos cooperados;
- **associação** – sociedade civil sem fins lucrativos que representa e defende os interesses dos associados e estimula a sua melhoria técnica, profissional e social.

Nas sociedades industriais capitalistas modernas, as associações profissionais são um dos fenômenos mais importantes na correlação de forças entre os agentes sociais no mercado de trabalho, na distribuição de renda e nas lutas políticas.

No Brasil, o artigo 511 da Constituição das Leis do Trabalho de 1943 diz que: para fins de estudo, defesa e coordenação de interesses econômicos ou profissionais, é lícita a organização em associações de todos os que, como empregadores, em-

pregados, agentes ou trabalhadores autônomos, ou profissionais liberais, exerçam a mesma atividade ou profissão.

Segundo a legislação, as associações têm a prerrogativa de representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais ou individuais dos associados, celebrar contratos individuais ou coletivos de trabalho e colaborar com o Estado na solução dos problemas dos sócios. Essas organizações têm também o dever de colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social, na prestação de assistência jurídica aos associados e na conciliação dos dissídios de trabalho.

A principal diferença entre uma cooperativa e uma associação é que a primeira é uma sociedade de negócios, com fins econômicos, na qual os sócios pagam cotas de participação (no limite estabelecido pelo estatuto da instituição), enquanto a segunda pode ou não realizar negócios, não possui capital. Nesta, os associados apenas pagam um direito de entrada e a mensalidade que cobre as despesas de funcionamento da associação.

A associação profissional, a cooperativa e o sindicato são instituições que possuem uma característica comum: são formas de organização social ligadas a ações coletivas, nas quais os que as integram pretendem alcançar objetivos que lhes parecem interessantes. No entanto, enquanto nas associações e nas cooperativas grupos de profissionais autônomos unem-se para trabalhar e alcançar esses objetivos, nos sindicatos apenas alguns são eleitos, em cada categoria de trabalho, para representá-la e defender os direitos e os interesses individuais e coletivos de toda uma categoria, perante seus empregadores e o governo.

As associações e as cooperativas, apesar de também defenderem os interesses dos associados, o fazem no âmbito restrito dos que se filiam a determinada associação ou cooperativa, mas não se referem a toda uma categoria.

As diversas organizações da sociedade civil, popularmente conhecidas como organizações não-governamentais (ONGs), constituem o Terceiro Setor. Em 1999, após inúmeros debates desse setor com o governo federal e o Congresso Nacional, foi sancionada a Lei 9.790/99, a nova lei do Terceiro Setor. A lei, que regula as relações entre Estado e sociedade civil no Brasil, foi elaborada com o principal objetivo de fortalecer o Terceiro Setor, em virtude da sua capacidade de gerar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar pessoas e recursos necessários ao desenvolvimento social do país. Nele, estão incluídas organizações que se dedicam à prestação de serviços



Em Arapiuns, margens do Rio Tapajós, Pará, extrativistas se reúnem para discutir o ecoturismo como alternativa econômica para a reserva extrativista e região

nas áreas de saúde, educação e assistência social, à defesa dos direitos de grupos específicos da população, ao trabalho voluntário, à proteção ao meio ambiente, à concessão de microcrédito, entre outras. A partir da constatação da dificuldade de acesso das organizações da sociedade civil a qualquer qualificação que estabelecesse o reconhecimento institucional, a nova lei facilitou esse reconhecimento por meio da nova figura Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). A lei foi regulamentada pelo Decreto 3.100/99, e os procedimentos para obtenção da qualificação de Oscip foram disciplinados pela Portaria 361/99 do Ministério da Justiça. Uma discussão mais detalhada sobre a lei, assim como a própria lei, o decreto e a portaria se encontram no texto de Ferrarenzi (2000), o qual pode ser obtido no Conselho da Comunidade Solidária.

Objetivos

A condição básica para o sucesso de uma organização social é a existência de um objetivo considerado relevante para os sócios. Esse objetivo pode ser uma questão social, política, tecnológica ou econômica. Pode ser um objetivo modesto ou ambicioso, muito amplo ou restrito. O que importa é que seja interessante e desejado por todos, pois, quanto mais os mesmos se aproximarem dos objetivos pessoais dos associados, mais motivados serão. No entanto, se não corresponderem aos seus interesses, a organização vai se tornar um encargo pesado para todos e poderá levar os sócios a buscarem, no interior da instituição, objetivos diferentes dos coletivos – o que deve ser evitado, porque desvirtua as metas pretendidas pelo grupo.

Por outro lado, se os objetivos forem motivados para o grupo, mas a associação não se mostrar eficiente em sua consecução, os associados começarão, pouco a pouco, a perder o entusiasmo inicial. Além de motivadores, os objetivos devem ser os mais amplos possível. Por essa razão, as organizações precisam esforçar-se para equilibrar suas metas. Em geral, as associações são criadas para atender a um objetivo geral, mas costumam fracioná-lo em uma multiplicidade de ações difíceis de serem cumpridas todas ao mesmo tempo. Essa multiplicidade de ações pode ser positiva no sentido de pretender atender aos interesses de todos os integrantes do grupo. Porém, ao fazer muitas tarefas ao mesmo tempo, a associação não consegue fazê-las bem.

Os objetivos podem mudar porque uma associação não é um processo pronto, mas evolui e se constrói durante sua existência, pois os sócios não têm condições de colocar em prática, desde o início, toda a sua potencialidade de cooperação. Como a organização social é um fenômeno de evolução de comportamentos, apresenta momentos de crescimento e outros de retrocesso – que também podem ser considerados positivos, quando, depois, proporcionarem avanços ao grupo. Se o primeiro objetivo der certo, a associação pode passar para um segundo e um terceiro objetivo, mostrando um grau de eficiência cada vez maior. Isso dará confiança ao grupo e ocorrerá porque os objetivos não podem ser construídos de uma só vez.



Como é um processo novo para o grupo, a organização em associação inclui noções de progressividade e de direito a erro. Por esse motivo, deve procurar aperfeiçoar determinadas ações para só depois dar início a outras. Os objetivos devem ser equilibrados de forma cronológica, segundo os progressos alcançados pela organização.

Em relação aos objetivos da associação, os sócios apresentam graus diferentes de interesses e de motivação, pois não internalizam as situações da mesma forma. Em geral, o grupo que mais se identifica com determinados objetivos sente-se em condições de dominar a situação. Conhecendo essa realidade, duas alternativas podem ser sugeridas: identificar os interesses individuais e mostrar que a maioria deles pode ser atendida por meio do objetivo comum. Para isso, porém, algumas concessões deverão ser feitas pelos integrantes do grupo, e é necessário tentar reduzir as diferenças entre os interesses dos sócios – diminuindo a dimensão dos problemas por meio da comparação entre as propostas formuladas pelos sócios e a política geral da organização.

Se forem escolhidos objetivos ambiciosos demais, as energias do grupo poderão esgotar-se rapidamente e desmotivar os associados, tornando a associação uma organização constrangedora para a maioria.

Outro fator importante para o sucesso de uma associação é a liderança do grupo. A identificação de líderes é fundamental para o bom funcionamento da associação e para uma grande adesão ao grupo. Líderes devem ser bem informados, organizados, responsáveis, confiáveis, prudentes e conciliadores.

Regulamentos

A ação coletiva não é natural, nasce de uma necessidade sentida por diversos indivíduos, por isso é muito difícil iniciá-la e fazê-la progredir. Seu sucesso depende do grau de interdependência dos que dela participam e das ações praticadas por cada um: é necessário que os interessados (cada um com estratégias e desejos particulares) cooperem entre si. Mesmo em ambiente de conflito, a associação precisa criar dispositivos (regulamentos) para desenvolver suas atividades, pois essas situações ocorrem naturalmente nesse tipo de organização. Não existe ação coletiva sem conflito, pois cada associado possui objetivos particulares e, instintivamente, tem a tendência de querer retirar aquilo de que necessita da entidade (que pode ser parecido ou diferente das necessidades de seus companheiros ou dos objetivos da associação).

Existe a preocupação em regularizar direitos e deveres e registrar tudo o que é dito e combinado pelos sócios. Especialistas afirmam que isso ocorre porque:

a ação coletiva não é um dado natural, é uma solução que os homens (com recursos e capacidades diferentes) criaram, inventaram, instituíram para resolver seus problemas pessoais, apenas concordam em submeter-se a ela porque desejam alcançar interesses individuais.

(Crozier & Friedberg, 1981)

Os regulamentos são importantes para garantir a coesão social do grupo e evitar situações de oposição, atrito ou desentendimento. Os sócios precisam criar e depois respeitar as “regras do jogo”. Não adianta dizer “amai-vos uns aos outros” (e esperar que se amem!), é necessário compreender que, enquanto associados, terão de renunciar a algumas coisas, se quiserem alcançar outras” (Mercoiret, 1995).

Os regulamentos são proposições (votadas em assembleia e registradas no livro de atas da organização), segundo as quais determinada ação deve ou não ser executada em determinada situação. São planos permanentes, traçados por um grupo de indivíduos associados que pode, no entanto, julgar interessante abrir exceções conforme as circunstâncias (Stoner, 1985).

Entre os regulamentos de uma organização social, o estatuto é o seu documento mais importante. Estabelece objetivos e estratégias, rege as relações entre os sócios e fixa a estrutura e o funcionamento da organização (ver exemplo de estatuto para uma associação promotora de ecoturismo, Anexo I). É o documento fundamental da organização, é a sua lei. Os regulamentos (criados depois da aprovação do estatuto) servem para detalhar as determinações registradas no estatuto. O relacionamento entre os sócios, regulamentado pelo estatuto, é subdividido em três órgãos: a assembleia geral, a diretoria executiva e o conselho fiscal.



Catadores de milho se organizam para melhorar sua renda e garantir seus direitos

O estatuto é a certidão de nascimento da organização, não é um documento fixo. Por isso, pode e deve crescer junto com ela, pois os objetivos e as necessidades dos sócios podem mudar com o tempo. Para fazer acréscimos no estatuto, ou eliminar algumas de suas partes, basta votar a proposta em uma das assembléias da associação, fazer constar a proposta no livro de atas e registrar a nova versão em cartório.

Ecoturismo regional

O desenvolvimento sustentável do ecoturismo regional busca soluções e alternativas para atender aos interesses da população e valorizar o espaço rural e a sua cultura. Nesse contexto, o homem do campo está sendo estimulado a implementar atividades rurais não-agrícolas, também conhecidas como “agricultura de tempo parcial”, “emprego múltiplo” ou “pluriatividade agrícola” (Medeiros & Ribeiro, 2001). Segundo Graziano da Silva (1995), essas iniciativas caracterizam o “novo rural”, onde 45% da população economicamente ativa (que habita no ambiente não-urbano) encontra espaço para desempenhar algum tipo de atividade, seja no turismo, na preservação ambiental, nos rodeios, nas músicas sertanejas e folclóricas, no artesanato ou nas agroindústrias.

A organização da força de trabalho dessa população é a condição básica para seu desenvolvimento, pois a construção de aspirações e objetivos em conjunto estimula o desejo de progredir. Por razões múltiplas, os que vivem no campo encontram-se diante de novos desafios (questões econômicas, políticas e sociais): o mundo evolui muito rapidamente e, caso queiram acompanhar essa

evolução, precisam adaptar-se a essas mudanças. Diante desses desafios, precisam reagir porque as soluções que encontravam sozinhos não são mais suficientes nem tão eficientes como eram no passado. Ao recorrer às formas coletivas de ação, essa população costuma optar pela organização social do tipo “associação”.

Participando de uma associação, o poder de reivindicação das famílias é fortalecido e pode ser utilizado para melhorar suas condições de vida e bem-estar. A troca de experiências e a utilização de uma estrutura comum tornam possível explorar o potencial de mão-de-obra da família, o que proporciona maior retorno financeiro. Na associação, as famílias são praticamente “empurradas” em direção à evolução e à diversificação, pois se dão conta de que se elas próprias não tratarem de seus problemas, dificilmente encontrarão quem o faça.

Geralmente, as associações criadas no ambiente rural reúnem participantes de uma mesma comunidade: indivíduos com laços de parentesco e vizinhança que apresentam, por várias gerações, uma forte ligação com a terra e o meio ambiente, principal razão para recomendar a associação como a forma coletiva de trabalho ideal para os que pretenderem promover o ecoturismo regional.

A necessidade de criar uma associação no meio rural manifesta-se quando os moradores das comunidades percebem que determinados fatores apenas podem ser alcançados por meio da formação de um grupo (Mercoiret, 1995). Esses fatores podem ser:

- **técnicos** – aquisição coletiva de equipamentos ou acesso a conhecimentos e informações técnicas (por exemplo, a aquisição de equipamentos de mergulho, busca e salvamento e a participação em cursos e treinamentos sobre a condução de visitantes);
- **econômicos** – acesso a créditos bancários (por exemplo, a constituição de uma figura jurídica que permita apresentar garantias para a aprovação de crédito bancário, para construir a sede da associação e adquirir um veículo para transportar os turistas);
- **políticos** – formação de um poder de negociação diante de outros atores da área econômica e administrativa (por exemplo, para entabular negociações com o município, com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e com outras instituições);



- **sociais** – acesso a determinados recursos de infra-estrutura que não seriam alcançados pela demanda individual (por exemplo, atendimento médico, educação, eletrificação, telefonia e atividades de lazer);
- **pedagógicos** – necessidade de efetuar trocas como recurso para especializar profissionalmente o grupo, informar e informar-se (por exemplo, a promoção de intercâmbio de informações entre regiões e instituições que atuam com o ecoturismo).

Segundo a Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991, o poder público deve apoiar e estimular os produtores rurais a se organizarem em quaisquer das formas de organização que escolherem. Organizando-se, os agricultores encontram as facilidades que lhes faltam. Essa forma de trabalho também traz vantagens para os que os assistem, porque facilita a prestação de assistência técnica, a comunicação e o planejamento do desenvolvimento rural. Cabe, portanto, aos que prestam apoio técnico aos programas de ecoturismo regional estimular e orientar a tomada de decisão de organizar-se coletivamente, pois é muito difícil praticar a interdependência para os que, durante gerações, habituaram-se a trabalhar de forma independente.

Para apoiar a organização em associações, é preciso conhecer as reais possibilidades de desenvolvimento da região, os objetivos pretendidos pelo grupo (em relação ao desenvolvimento da região), as possibilidades de participação individual e coletiva e, principalmente, conhecer e valorizar o que já existe. Portanto, quando for detectado o interesse de organizar uma associação, é importante que as instituições de apoio estimulem a iniciativa e tentem colaborar para que seja criada a estrutura básica necessária ao fun-

cionamento da nova instituição. Os municípios que investem nesse tipo de organização conquistam importantes aliados para o desenvolvimento econômico e social da região. É necessária, então, a prática de ações em dois sentidos, explicados a seguir.

Programas de apoio, orientação e formação:

- definem a forma de organização que permita aos interessados alcançarem os seus objetivos;
- definem técnicas de organização e sugestão de inovações para introduzir novas tecnologias;
- introduzem competências novas por meio de cursos e treinamentos;
- facilitam o estabelecimento de parcerias externas (para financiamentos, venda de serviços, constituição de redes de cooperação e estabelecimento de dispositivos permanentes de apoio técnico).

Programas para criação da infra-estrutura necessária ao funcionamento da organização:

- incluem a organização nos planos de desenvolvimento local;
- instituem vias para a venda de serviços e promoção de compromissos formais;
- formam rede para aproximar as demandas dos interessados das diferentes comunidades do município;
- apóiam obras de infra-estrutura local.

Diagnósticos

Para tomar decisões, quem decide filiar-se a uma associação precisa conhecer a natureza dos problemas que podem ser resolvidos por esse meio coletivo de

trabalho. A forma mais adequada para identificar a natureza desses problemas é o diagnóstico, instrumento utilizado para mapear e apresentar uma visão geral do que foi feito e do que poderá ser feito.

Diagnóstico é um termo de origem médica que designa o ato de identificar as causas de uma doença. Em uma associação, costuma ser executado quando se pretende avaliar uma realidade (para saber se é satisfatória ou não), com o objetivo de melhorar essa realidade ou corrigi-la, se for o caso. Pode ser utilizado, também, quando se quer introduzir uma atividade nova na associação e não se tem a certeza de que a mesma possui estrutura para implantá-la. Permite identificar os problemas e as barreiras que determinada ação enfrentou, explicar as razões dos sucessos e insucessos e mostrar como se poderia agir para torná-la mais eficiente. Permite, ainda, identificar como e quando uma ação é eficiente.

Para merecer confiança, o diagnóstico deve ser feito o mais rapidamente possível porque precisa mostrar a realidade como ela é em determinado momento (demorando para revelar os resultados, o diagnóstico pode mostrar uma situação diferente da real, pois o comportamento social dos grupos muda muito rapidamente). Deve basear-se em instrumentos e métodos especiais (como questionários, entrevistas e observações) que permitem comparar a realidade da associação com outras realidades. Qualquer atividade desenvolvida por uma associação pode ser analisada por meio de um diagnóstico (é como “tirar a temperatura” para verificar se a atividade está evoluindo como se esperava).

As informações iniciais do relatório que apresenta os resultados do diagnóstico, depois de corrigidas e complementadas pelas idéias e propostas

dos sócios, reúnem os ingredientes que faltavam para saber se a associação deverá assumir ou não uma nova atividade coletiva de trabalho e se essa atividade terá chances ou não de dar resultados positivos. Resumindo, para discutir de forma participativa os resultados de um diagnóstico realizado por uma associação, os sócios devem ser preparados para a discussão; os problemas devem ser demonstrados em ordem de importância; uma análise socioeconômica da situação deve ser apresentada; as prováveis alternativas de solução para os problemas devem ser identificadas; e a disponibilidade de mão-de-obra para a ação proposta demonstrada.

É recomendável que o primeiro diagnóstico a ser efetuado analise o relacionamento interpessoal do grupo, pois, montando um sociograma, pode-se mostrar aos futuros associados um mapa da realidade social do grupo (quem poderia coordenar as atividades, quais subgrupos poderiam ser constituídos, quais os sócios que estão separados do grande grupo e quais se relacionam bem).

Especialização

Como foi dito no início deste capítulo, “a organização social origina-se de um problema que apenas pode ser resolvido de forma coletiva e depende do contexto onde for instalada”. No caso discutido neste documento, o problema que poderia ser resolvido por uma associação seria o de aproximar grupos de interessados em promover o ecoturismo. Com o objetivo de facilitar essa tarefa, serão dadas, a seguir, sugestões sobre como iniciar uma organização prestadora de serviços de ecoturismo. É importante, no entanto, esclarecer que essas sugestões precisam ser adaptadas às necessidades dos que estiverem dis-

cutindo essa idéia e às características regionais onde o empreendimento pretenda ser instalado, pois cada organização depende do contexto local.

A condição básica para o sucesso de uma organização social é a existência de um objetivo considerado relevante para os sócios. Portanto, o primeiro passo para criar uma organização destinada a promover o ecoturismo regional é reunir o grupo dos prováveis interessados para avaliar se seus objetivos são semelhantes e convergentes no sentido de implantar uma organização destinada a explorar o ecoturismo.

Definido o objetivo geral, os objetivos específicos devem ser discutidos, e, logo após, devem ser decididas as metas ou as etapas de implantação. Não se deve começar a fazer tudo ao mesmo tempo. Por exemplo, se o objetivo geral fosse “criar na região uma associação para condutores de visitantes, capaz de oferecer oportunidades de trabalho para os associados e seus familiares”; os objetivos específicos poderiam ser:

- a) treinar o pessoal para o exercício da profissão;
- b) constituir uma equipe de dirigentes para administrar a prestação dos serviços;
- c) construir a sede da associação e instalar um escritório para a venda de serviços;
- d) treinar pessoal, adquirir material e instalar um serviço de busca e salvamento; adquirir veículos e instalar um serviço de transporte para turistas;
- e) criar um serviço de acompanhamento para introduzir melhorias na prestação de serviços.

Ao definir um objetivo geral e seis objetivos específicos, como referido no exemplo anterior, o grupo estaria criando expectativas para o futuro. Esse



grupo poderia, por exemplo, decidir que, no primeiro ano, atenderia apenas aos objetivos específicos a e b para, só no segundo ano, construir a sede da associação e instalar o escritório para a venda de serviços (objetivo c). E, no terceiro ano, quando a associação já estivesse mais madura, analisar se teriam condições de atender aos objetivos d e e. Essas medidas, além de tornarem mais leve a condução dos trabalhos, levariam o grupo a “galgar os degraus” de seu desenvolvimento com mais otimismo.

Depois de definir os objetivos, o segundo passo para criar uma associação destinada a explorar o ecoturismo de uma região é regulamentar suas atividades e providenciar o registro oficial da organização. Os que pretendem fundar a associação têm de providenciar o registro público da organização e, para satisfazer as exigências legais, devem cumprir o seguinte:

1. os sócios-fundadores devem reunir-se para elaborar o estatuto. Nele, devem constar a denominação da associação, seu fundo social (quando houver), os fins a que se destina, sua localização e tempo de duração, o modo como será administrada e representada, os procedimentos para reformar o estatuto, as obrigações dos sócios, as condições de extinção e os nomes dos sócios-fundadores (ver um exemplo de estatuto no Anexo técnico – A);
2. devem realizar uma reunião (denominada “assembléia de fundação”), na qual todos os futuros sócios precisam estar presentes, e escolher entre si quem será o presidente e o secretário da reunião (este ficará responsável pelo registro, no livro de atas, dos resultados da reunião);
3. durante essa reunião, o estatuto deve ser analisado e aprovado, e eleita a primeira diretoria e o primeiro conselho fiscal da associação.

Para o Registro Público da associação no cartório de Títulos e Documentos, os associados devem providenciar um requerimento, assinado pelo presidente eleito (com firma reconhecida em cartório). Junto com o requerimento, devem ser entregues o original e duas cópias do estatuto, três vias da ata de função e duas vias dos documentos de identidade dos membros eleitos para a primeira diretoria da associação. Para inscrever a associação na Receita Federal, devem ser entregues na unidade local do Ministério da Fazenda os seguintes documentos: o estatuto já registrado, a ata de constituição da associação, o formulário de requisição preenchido (em três vias), a ficha de inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPJ) e o CPF do presidente eleito (Bahia, 1993).

Para atingir seus objetivos, a associação precisa criar unidades ou áreas de trabalho, combinar as tarefas a serem executadas, facilitar a participação dos sócios na tomada de decisão e a coordenação das ações. Para tanto, a estrutura da associação deve ajustar-se aos objetivos pretendidos pelo grupo. As áreas criadas por ela precisam atender aos interesses dos programas de trabalho que forem estabelecidos pelo grupo, às estratégias escolhidas para executá-las e à mão-de-obra disponível.

Como em qualquer empresa, as funções desempenhadas pelos sócios precisam ser divididas e combinadas de forma lógica. A eficiência do grupo está intimamente ligada à integração que os associados estabelecem entre as áreas internas que criarem. Stoner (1985) identifica os elementos que distinguem uma área da outra, a seguir.

- **Especialização** – refere-se à especificação das atividades de cada área e ao objetivo de cada uma. Por exemplo, uma associação de ecoturismo pode criar quatro comissões (ou grupos de trabalho): venda de serviços, busca e salvamento, transportes e atendimentos a grupos especiais.
- **Padronização** – refere-se aos procedimentos adotados para garantir a previsibilidade de comportamentos. O regulamento interno é o instrumento utilizado para padronizar o comportamento dos sócios em cada comissão ou grupo de trabalho (ver exemplo de regulamento no Anexo técnico – B).
- **Coordenação** – refere-se aos procedimentos que integram as funções das diferentes áreas de trabalho. Nos regulamentos das comissões e dos grupos de trabalho, além de definir a

especialização e os comportamentos dos sócios, deverá ser especificado como o grupo será coordenado. Cada comissão ou grupo de trabalho deve eleger seus dirigentes na assembléia geral da associação.

Gerenciamento dos serviços

Gerenciar a prestação de serviços de uma associação significa administrar duas atividades básicas: monitorar o cumprimento das rotinas e introduzir melhorias. Estabelecidas as rotinas para a prestação de serviços, devem ser evitadas as mudanças: o mesmo rumo e as mesmas normas deverão ser obedecidos por todos os sócios. Os problemas que perturbarem a rotina estabelecida deverão ser resolvidos de forma a evitar sua reincidência. Se as rotinas forem bem obedecidas, tudo ocorrerá como planejado. Nesse caso, a associação terá condições de produzir os mesmos produtos, com os mesmos custos e com a mesma qualidade.

As melhorias ocorrerão a partir das ações promovidas pela associação na busca de novos produtos, processos e mercados (para reduzir custos, aumentar a produção, a qualidade e o lucro). A garantia de sobrevivência de uma associação depende dessas melhorias. Caso esse tipo de gerenciamento não seja adotado, a associação correrá o risco de ser *atropelada* por outras instituições que demonstrarem mais competência.

Antes de discutir a proposta de funcionamento da associação, é imprescindível que os associados reconheçam as vantagens em participar da organização e compreendam a importância de manter um bom grau de eficiência empresarial. Os que criarem e participarem da associação terão acesso

a importante acervo de conhecimentos profissionais que, somado aos conhecimentos que já possuíam sobre a região, os transformará em “condutores de visitantes oficiais da região”. Por isso, precisam compreender que, para se tornarem eficientes, dependerão de um apoio gerencial moderno e eficiente. Significa que, por meio desse apoio, poderão saber quantos turistas virão em qual época do ano, quando terão trabalho, se seu trabalho está agradando os turistas, e terão a certeza de que os turistas os acharão, porque serão informados pela associação de sua existência e especialidade.

Para começar, é necessário que se conscientizem de que não podem trabalhar de forma improvisada, pois estão vinculados e são representantes de uma empresa prestadora de serviços. Nesse caso, a associ-

ação funciona como uma empresa. O grupo deve questionar-se sobre o seu atual desempenho para avaliar se será suficiente para atender à proposta. Se chegarem à conclusão de que sua formação profissional precisa ser reforçada, devem averiguar se todos estão dispostos a mudar e melhorar e devem abordar dois temas: “Quais resultados a associação alcançaria vendendo serviços sem especializar o grupo e/ou vendendo serviços especializados?”; e “Caso sejam identificados problemas no desempenho do grupo, as inovações seriam bem recebidas?”.

Dependendo do resultado dessas reflexões, poderia ser adotada imediatamente uma forma de gerenciamento que permitiria à associação tornar-se competitiva no mercado de trabalho, pois os produtos e os serviços a serem oferecidos por uma associação devem possuir um conjunto de propriedades capazes de serem combinadas para satisfazer o cliente. Por exemplo, as condições de simpatia, bom humor e cordialidade do guia devem ser combinadas com sua eficiência profissional e seus conhecimentos sobre a região. Cada uma dessas três propriedades representa um dos itens de controle que darão origem ao produto final, e cada uma é constituída a partir dos diversos processos internos promovidos pela associação (promoção de treinamentos, cursos, visitas a outras associação, aplicação de enquetes para avaliar o comportamento e o conhecimentos dos guias).

Por outro lado, convém lembrar que as qualidades pessoais e profissionais dos guias não se bastam, dependem de outros itens de controle. Por exemplo: os clientes, antes de visitar a região, precisam conhecer os programas oferecidos; saber qual o meio de transporte disponível para chegar à região; onde e como poderão localizar um guia; se poderão contar com um serviço de busca e salvamento etc.

Sintetizando: a associação capacitada para gerenciar o processo de prestação de serviços dá aos sócios garantia de oferta de trabalho e permite que o grupo se torne competitivo no mercado. ■



Roberto M. F. Mourão

Alunos da primeira turma de capacitação de Monitores MPE, Reserva Natural da Vale do Rio Doce, Linhares, ES



Caixa de ferramentas

Formulário sobre a prestação de serviços de uma associação de ecoturismo

••• Essas informações devem ser preenchidas antes do início do serviço •••

• Dados do visitante

Nome: _____

Endereço: _____

Profissão: _____

Procedência: _____

Idade: _____

Assinatura do visitante: _____

Interesses (culturais, naturais, esportivos) : _____

Local onde está hospedado: _____

Nº de componentes do grupo: _____

Alergias, remédios controlados ou restrições físicas: _____

Nome do guia: _____

Local a ser visitado: _____

Data: ____/____/____

• Opinião do visitante

1. Qual sua opinião sobre o serviço de condução recebido hoje?

[] excelente [] ótimo [] bom

[] regular [] insuficiente

2. Indique os pontos fortes do serviço recebido:

a) O guia foi prestativo, atencioso, simpático e educado?

[] Sim [] Não

b) O guia mostrou segurança na forma de se comunicar?

[] Sim [] Não

c) O guia demonstrou conhecer a história local?

[] Sim [] Não

d) O guia comunicou conhecimentos sobre fauna e flora?

[] Sim [] Não

e) O guia demonstrou conhecer a trilha visitada?

[] Sim [] Não

f) O guia alertou sobre os locais perigosos?

[] Sim [] Não

3. Indique os pontos fracos do serviço prestado:

Faltaram informações []

Faltou respeito aos visitantes []

O guia chegou atrasado []

O guia não soube entrosar os integrantes do grupo []

O guia não alertou sobre a necessidade de trazer água []

4. Sugestões:

Dados a serem utilizados pela ACVCV para construir o cadastro dos visitantes, o que permitirá a adequação de serviços e produtos e a implantação de uma mala direta para fazer o *marketing* dos serviços. A assinatura do cliente destina-se a dar veracidade às informações.

Esses dados poderão ser utilizados quando da formulação de uma política de aproximação da associação com os proprietários de atrativos, pousadas, restaurantes e lojas e para prestar informações aos órgãos oficiais e instituições de fomento ao ecoturismo.



Anexo técnico

A- Exemplo de estatuto de uma associação de ecoturismo

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETIVOS, AÇÕES E DURAÇÃO

Art. 1º – Denominação, sede e objetivos – a associação X, fundada em X, é uma organização civil sem fins lucrativos, com sede na cidade X. Tem o objetivo de viabilizar as iniciativas dos associados para transformá-las em ações de estímulo à produção e à comercialização – e também à difusão, à capacitação e à educação para melhorar os padrões técnicos das atividades – e de desenvolver de forma técnica, econômica, social, política e humana os associados, bem como seus familiares e a comunidade como um todo.

Art. 2º – Ações – para cumprir seus objetivos, a associação orientará suas ações no sentido de:

- I- pesquisar, organizar, sistematizar e difundir, no âmbito social, métodos e técnicas e apoiar a realização de estudos que contribuam para fortalecer as atividades de produção e comercialização;
- II- promover atividades de apoio técnico e financeiro, especialmente no que se refere às ações coletivas praticadas pelos sócios, e promover a educação associativa, a capacitação profissional e a informação geral;

- III- viabilizar, por conta própria ou por terceiros, a comercialização da produção dos associados;
- IV- promover cursos, oficinas, seminários e outros eventos de interesse do quadro social;
- V- estimular, apoiar e implantar projetos de desenvolvimento socioeconômico;
- VI- representar os interesses e defender os direitos dos associados.

Art. 3º – Prazo de duração – será indeterminado, coincidindo o ano social com o ano civil.

CAPÍTULO II – ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 4º – Estrutura – compreende os seguintes órgãos: Assembléia Geral, Conselho Diretor e Conselho Fiscal.

Art. 5º – Assembléia Geral – órgão máximo normativo deliberativo, composto por todos os sócios da associação.

Parágrafo 1º – a Assembléia Geral reunir-se-á uma vez por ano – por ocasião do exame e da aprovação das contas do exercício –, no máximo até 31 de março, e mensalmente, no primeiro sábado de cada mês, às 15 horas, por convocação do presidente da associação.

Parágrafo 2º – a Assembléia Geral deverá ser convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, por um meio que garanta a eficácia de sua comunicação a todos os membros, constando da convocação a pauta da reunião.

Parágrafo 3º – à Assembléia Geral compete fixar as diretrizes e as normas básicas de funcionamento da entidade e decidir, em instân-

cia final, sobre todos os assuntos que afetem o desempenho da associação na consecução de seus objetivos e em especial:

- eleger o Conselho Diretor e o Conselho Fiscal entre seus integrantes e deliberar sobre a admissão de novos sócios, aprovar os planos de trabalho e os respectivos orçamentos, deliberar sobre a aquisição de bens imóveis integrantes ou a integrar ao patrimônio da associação e deliberar sobre empréstimos externos, termos de cooperação, convênios, acordos e contratos;
- examinar e, julgando pertinente, aprovar os relatórios e prestações de contas do Conselho Diretor, a cada exercício social, e deliberar sobre normas gerais de organização, contabilidade, administração de pessoal, financeira e de material, determinar os valores máximos de remuneração de funcionários e serviços de terceiros, e as condições de sua contratação, e determinar o valor máximo até o qual o presidente terá autonomia para, sem consulta prévia à Assembléia Geral, emitir cheques e ordens de pagamento em nome da associação;
- deliberar quanto às alterações deste Estatuto, com a aprovação mínima de dois terços de seus integrantes.

Art. 6º – Diretoria – a Assembléia Geral elegerá, entre seus membros, uma Diretoria, composta por: um presidente, um vice-presidente, um secretário e um tesoureiro, todos com mandatos de dois anos, admitindo apenas uma reeleição.

Parágrafo 1º – o exercício de quaisquer das funções requeridas para o funcionamento dos órgãos referidos neste artigo não será remunerado.



Serão remuneradas apenas as despesas de viagem e representação em favor da associação, desde que comprovadas.

Parágrafo 2º – ao presidente compete:

convocar e presidir as reuniões, administrar e garantir o cumprimento das diretrizes, metas e normas gerais de funcionamento da associação, informar, junto com os demais membros da Diretoria, as atividades da associação e o andamento de sua execução, assinar cheques e ordens de pagamento em nome da associação, observadas as disposições da Assembléia Geral, e termos de cooperação, convênios, acordos, contratos e ajustes, articular as relações da associação com as demais entidades, contratar funcionários e serviços de terceiros, nos moldes fixados pela Assembléia Geral, e determinar diretrizes de trabalho, representar a Associação em juízo e fora dele.

Parágrafo 3º – ao vice-presidente compete:

substituir o presidente em suas ausências e impedimentos, coordenar as atividades relativas à educação, capacitação e informação do quadro social, zelando pela ética das ações da Diretoria, coordenar as atividades de pesquisa, coleta e difusão de informações referentes aos objetivos da associação.

Parágrafo 4º – ao secretário compete:

registrar em atas próprias todos os atos administrativos, acontecimentos e deliberações das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral, zelar pela manutenção dos livros, registro de sócios e demais escriturações de caráter social da associação, coordenar todos os aspectos referentes ao cumprimento de rotinas

nas sociais de comunicação com associados e memória institucional da entidade, e assessorar o presidente na condução e desenvolvimento das atividades sociais e na realização das reuniões do Conselho Diretor.

Parágrafo 5º – ao tesoureiro compete:

responsabilizar-se pela manutenção e integridade do patrimônio da associação e pela administração das contas, desde seu registro apropriado até a relação formal dos serviços de contabilidade, assinar, com o presidente, os cheques e ordens de pagamento emitidos pela associação, observadas as determinações da Assembléia Geral.

Art. 7º – Conselho Fiscal – é composto de três membros titulares e três suplentes, todos eleitos anualmente entre os integrantes da Assembléia Geral. É o órgão de fiscalização interna da associação, a ele compete:

verificar a veracidade, a propriedade e a concordância dos atos da Diretoria com as diretrizes fixadas na Assembléia Geral, e a propriedade dos atos e a ética dos integrantes da Diretoria no trato com os interesses sociais da associação; elogiar, perante a Assembléia Geral, os resultados eficientes que constatar e denunciar todo e qualquer ato da Diretoria que seja considerado prejudicial ou conflitante com os interesses da associação; e emitir parecer sobre a prestação de contas da Diretoria, por ocasião da Assembléia Anual.

Art. 8º – Das eleições – a eleição para os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal dar-se-á por votação direta e secreta. Será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos dos sócios.

Art. 9º – O voto e sua representação – cada sócio tem direito a apenas um voto. Para votar, o sócio deve apresentar-se diante da Assembléia Geral, munido dos instrumentos legais; ao assinar o livro de presenças, deve colocar seu nome e número de matrícula.

Parágrafo único – Não tem o direito de votar o sócio que não estiver em dia com o pagamento da mensalidade.

CAPÍTULO III – SÓCIOS, ADMISSÃO, DIREITOS, DEVERES

Art. 10º – Os sócios – poderá associar-se toda a pessoa física que, sendo maior de idade ou emancipada legalmente, dedique-se, ou pretenda dedicar-se, à produção agropecuária, que concorde em adequar sua produção aos padrões da associação e que concorde com as disposições deste Estatuto.

Art. 11 – Admissão – para associar-se, o interessado deve preencher e assinar uma proposta de admissão. Aprovada a proposta em Assembléia, os dados sobre o novo sócio são registrados no cadastro de sócios da associação. Após o cumprimento dessa exigência, o novo sócio adquire todos os direitos e as obrigações decorrentes deste Estatuto.

Parágrafo 1º – quanto ao máximo de associados, o número é ilimitado, não podendo ser inferior à dez.

Art. 12 – Direitos – são direitos dos sócios: utilizar o espaço físico da associação e dispor dos bens, serviços e eventos por ela oferecidos, de acordo com as normas estabelecidas; votar e ser votado, salvo impedimento legal, para a composição dos Conselhos Diretor e Fiscal; participar das assembleias; solicitar apoio da Associação para a defesa



de seus direitos e interesses; demitir-se quando lhe convier, desde que esteja em dia com a mesma; propor a admissão de novos sócios.

Parágrafo único – O esposo da sócia, ou a esposa do sócio, e seus filhos entre 14 e 17 anos poderão participar dos mesmos direitos e obrigações dos sócios, salvo os de votar e serem votados.

Art. 13 – Deveres – são deveres dos sócios: realizar com a associação todas as operações que constituem seus objetivos econômicos e sociais; respeitar a individualidade, as crenças e ideologias de todos os membros; zelar pelo patrimônio da associação; manter-se em dia com a contribuição mensal para manutenção da associação; ser pontual nas reuniões marcadas; garantir que sua produção atenda aos padrões de qualidade definidos pela associação; honrar seus compromissos de produção, de participação e de comercializar com a associação; desempenhar com dedicação os cargos para os quais forem eleitos ou nomeados.

Art. 14 – Demissão, eliminação, exclusão – a demissão do associado, que não lhe pode ser negada, ocorre quando for requerida ao presidente, julgada em Assembléia, averbada no livro de matrícula e comunicada ao requerente. A eliminação do associado, por infração deste Estatuto, é julgada pela Assembléia e executada pelo presidente, depois de haver comunicado por escrito as razões. Serão eliminados os sócios que exercerem atividades consideradas prejudiciais à associação e opostas a seus objetivos e os que deixarem de pagar as mensalidades. A exclusão do associado é feita por ocasião de sua morte ou por incapacidade civil. Sua exclusão é feita por decisão da Assembléia e registrada no livro de matrícula.

Em qualquer dos casos (demissão, eliminação ou exclusão), o associado não tem direito à restituição de colaboração financeira de qualquer espécie, bem como dos fundos existentes, perdendo todos os direitos.

Art. 15 – Contabilidade da associação – os serviços de contabilidade devem ser organizados segundo as normas gerais e disposições deste Estatuto.

Art. 16 – Os livros da associação – a associação deve possuir os seguintes livros: de matrícula, das atas das assembléias, de presenças e o livro-caixa.

Art. 17 – Patrimônio e fundos – os recursos da associação serão constituídos por contribuições de manutenção periódicas feitas pelos sócios; dotações orçamentárias recebidas por ocasião da celebração de termos de cooperação, convênios, acordos e ajustes; receitas da venda de produtos e realização de eventos; por bens e direitos doados ou legados; por receitas diversas e próprias.

Os saldos apurados no fim de cada exercício deverão ser aplicados na formação de patrimônio, por meio da aquisição de bens móveis, títulos etc. A mensalidade no valor de 3% do salário mínimo tem a finalidade de cobrir as despesas mensais de manutenção da associação. Essa mensalidade deve ser paga na reunião mensal, no primeiro sábado de cada mês.

Art. 18 – Disposições gerais e transitórias – em caso de dissolução, atendidos os encargos e responsabilidades assumidos, os bens remanescentes serão repassados, nos moldes da Lei, a entidade similar, a qual será indicada pela Assembléia Geral que deliberou pela dissolução.

B- Regulamento para prestação e venda de serviços

Art. 1º – Condução de visitantes – no exercício das atividades de condutor de visitantes, cabe ao sócio da associação estar disponível para a condução de visitantes nos períodos de alta estação ou quando for grande a demanda em função de feriados e/ou eventos especiais; observar as normas de comportamento, visitação e segurança no interior do Parque Nacional e em outros locais de atrativos públicos e privados; eximir-se das conseqüências quando os visitantes se negarem, deliberadamente, a cumprir as medidas de precaução recomendadas pela associação (nesse caso, prevendo a possibilidade de acidentes pessoais, solicitar ao visitante que assine um termo de responsabilidade); assumir a responsabilidade por perdas e danos decorrentes do uso indevido do patrimônio da associação; usar as vestimentas uniformizadas e os equipamentos exigidos, de acordo com o estabelecido por este Regulamento Interno; tratar os colegas com respeito e cortesia; zelar pela segurança do cliente, informando-o sobre os riscos e acompanhando-o durante todo o percurso e permanência em cada atrativo turístico que for visitado; orientar o visitante em relação ao traje mais adequado, à alimentação e aos objetos que pode portar, sobre a extensão e as dificuldades do caminho, bem como sobre o horário previsto para o retorno; observar as condições físicas e psíquicas dos visitantes, sugerindo o roteiro mais adequado para cada caso ou desaconselhando determinados percursos; abster-se do uso de bebidas alcoólicas e drogas, coibindo seu uso e não permitir nudismo no Parque Nacional e nos demais locais de visitação; alertar os colegas com discrição sobre os riscos que



podem estar ocorrendo durante o percurso, sem expô-los ao ridículo perante os clientes; prestar socorro aos colegas em caso de acidente ou de qualquer dificuldade no exercício das atividades profissionais; comunicar ao presidente da associação sobre acidentes, irregularidades ou fatos que possam comprometer a integridade física dos visitantes e dos companheiros de trabalho; orientar o visitante sobre o preenchimento do formulário de acompanhamento e avaliação de serviços e devolvê-lo à Diretoria da ACVCV.

Art. 2º – Uniforme a ser usado durante a condução de visitantes – conforme o Artigo 13 do Estatuto, é dever do associado proceder, de forma ética e moral, conforme as normas e os preceitos do ecoturismo e da condução de visitantes e, em especial, os procedimentos e padrões definidos pela associação. O uso do uniforme é uma das exigências que os associados devem concordar em cumprir quando estiverem prestando serviços de condução de visitantes.

O uniforme a ser adotado pelos sócios durante a prestação de serviços de condução de visitantes é composto por: uma camiseta de malha de algodão (com mangas curtas ou compridas) em cor padronizada e definida pela Assembléia Geral, na qual deve ser estampado (na parte da frente) o logotipo da associação; calça comprida ou bermuda, em tecido de algodão na cor cáqui; sapato fechado; e boné (com cor definida pela Assembléia Geral) com o logotipo da associação estampado na parte da frente.

Qualquer alteração nesse uniforme, proposta pelos sócios ou pela Diretoria, deverá ser apresentada à Assembléia Geral e só entrará em vigor após ter sido votada e aceita por consenso e constar na ata em que a questão for discutida.

O logotipo é um círculo negro, com a sigla da associação inscrita em letras brancas; em seu interior, há uma representação da fauna da região e, na parte inferior externa, a inscrição, em letras pretas: “A segurança na caminhada é o guia da Chapada”.

Art. 3º – Preços para a cobrança dos serviços prestados – a cada começo de ano, compete aos sócios e aos grupos de interesse constituídos na associação encaminhar à Assembléia Geral sugestões dos preços a serem cobrados por cada um dos serviços oferecidos pela associação.

Definidos os preços pela Assembléia Geral, caberá à Diretoria efetuar uma lista, relacionando serviços/preços, divulgá-la o mais amplamente possível e efetuar acompanhamentos sistemáticos para avaliar se os limites de preços estão sendo obedecidos. ■



BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciências e Tecnologia. **Como criar uma associação**. Salvador: Seplantec-CAR, 1993.

CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. **L'acteur et le système**. Paris: Seuil, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, J. Urbanização e pobreza no campo. In: GRAZIANO DA SILVA, J. **Agropecuária e agroindústria no Brasil**: ajuste, situação e perspectivas. Campinas: Abra, 1995.

MEDEIROS, R. M.; RIBEIRO, E. M. **Trabalho feminino e pluriatividade na agricultura familiar**. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 4, Belém-PA, 2001.

MERCOIRET, M. R. **Cours l'organisation des producteurs**. Montpellier: CNEARC, 1995.

SPERRY, S. **Relatórios de consultorias prestadas para a WWF**, na Associação de Condutores da Chapada dos Veadeiros – ACVCV em Alto Paraíso-GO; nos Centros de Produção Comunitária (CPCs) do Governo de Roraima; e, na Associação dos Produtores de Artesanato de Novo Airão, Manaus-AM.

SPERRY, S. **Técnicas para interpretar a demanda da agricultura familiar**: a comunicação interpessoal. Planaltina: Embrapa cerrados, 2001. (Circular Técnica).



2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O USO DE RECURSOS NATURAIS

Manual de Melhores Práticas para o Ecoturismo – Turismo Sustentável | Populações tradicionais

◊ texto a seguir apresenta as relações entre educação ambiental, populações tradicionais e ecoturismo. Mostra o quanto a educação ambiental, desde que compreendida em sua plenitude como uma prática transformadora, pode ser peça-chave no esforço de fortalecer e conservar os recursos naturais. Da mesma forma, pode se constituir em elemento de ligação fundamental entre os interesses das populações tradicionais e a satisfação dos turistas.



2.1

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA COMUNIDADES

SANDRO SÁFADI

Falar em educação é falar em processo de ensino-aprendizagem. A educação ambiental só se justifica se entendermos o termo “educação” como prioridade. Educação se processa em todos os lugares e das formas mais variadas possíveis. Pensando assim, a educação ambiental pode ser entendida como uma tentativa de se melhorar a qualidade de vida dos indivíduos, podendo ocorrer tanto em pequenos detalhes, como em grandes ações. No caso das comunidades tradicionais, é necessário que se pense uma forma de trabalho específica.

Uma história

Dizem que um índio muito influente em sua aldeia resolveu ir para a cidade a fim de aprender o conhecimento do homem branco para, posteriormente, retornar e ajudar sua comunidade que tanto amava. Nos bancos das escolas da cidade, aprendeu a língua portuguesa, a língua inglesa, descobriu a fórmula química da água, estudou sobre a genética do homem, as leis da física, as histórias das conquistas ocidentais e tudo o que um estudante da cidade deveria aprender.

Após vários anos de estudos e com seu diploma da universidade debaixo do braço, resolveu voltar para sua aldeia e ensinar o que havia aprendido. E trouxe um programa de ações alternativas, que, em sua visão, poderia contribuir para a melhoria da vida de sua comunidade.

Seu retorno trouxe-lhe várias surpresas. Ele já não conseguia se comunicar de forma satisfatória, já não era mais compreendido e não conseguia compreender os índios de sua aldeia. Diante desse impasse, ele se viu despreparado para ajudar e já percebia que seu programa não poderia ser aplicado.

Assim, entendeu que deveria passar por um processo de reeducação porque ele havia esquecido tudo o que era importante para ter uma vida digna na aldeia. Após um longo período de readaptação, ele começou a compreender os desejos atuais de sua aldeia e os verdadeiros problemas que enfrentavam. Então, finalmente, foi possível contribuir um pouco com o que havia aprendido nos anos de estudos na cidade.

Com esse espírito de aprendiz, podemos pensar em uma educação ambiental capaz de contribuir positivamente para as populações tradicionais que povoam todos os cantos do Brasil. Se o índio, que nasceu e adquiriu conhecimento na sua comunidade, perdeu a via de comunicação com seus antigos conviventes, o que dizer de nós, ocidentais, que nem sequer temos uma grande experiência com essas comunidades? Os livros científicos não conseguem traduzir os sabores, os cheiros, os significados e os símbolos de nenhuma comunidade, eles são apenas uma tentativa de aproximação da realidade.

Descobrir o que fazer em matéria de educação ambiental para as comunidades tradicionais é um grande desafio. Se o modelo de desenvolvimento adotado no espaço urbano já demonstra sinais de falência em algumas regiões do mundo exatamente por falta de percepção ambiental, como saberemos o que de fato é importante para ser trabalhado com populações que se mantêm há muitas décadas, séculos, de forma ambientalmente sustentável?

A educação ambiental para as comunidades tradicionais se faz necessária à proporção que ocorre um avanço do capitalismo nas áreas mais remotas do Brasil. É preciso articular o saber constituído no seio dessas comunidades com uma paulati-

na penetração do desenvolvimento, pois o saber popular constitui uma base sólida para se iniciar uma proposta de desenvolvimento sustentável.

Em toda comunidade, existem códigos e objetivos em relação a processos de “crescimento/desenvolvimento”, e estabelecer algumas relações desse “crescimento/desenvolvimento” com a possível melhoria da qualidade de vida da própria comunidade é uma tarefa basilar da educação ambiental e importante para qualquer indivíduo.

O ecoturismo, como uma atividade que possui caráter sustentável, constitui para as comunidades tradicionais uma boa alternativa às práticas convencionais de utilização dos recursos naturais. A educação ambiental, entendida como uma prática transformadora, constitui em relação ao ecoturismo uma ferramenta de fortalecimento da conservação dos recursos naturais. O turista que se coloca em uma atividade de ecoturismo percebe que, ao



Crianças de comunidade extrativista na Floresta Nacional do Tapajós, Pará



Roberto M. F. Mourão

Tábua apoiada sobre bateria com risco de contaminar pessoas e animais. Essas tábuas são utilizadas diariamente pelas comunidades ribeirinhas em atividades como: limpar peixe, preparo de alimentos, lavar roupas etc. Esse é um importante tema de educação ambiental para as populações tradicionais

passar por um determinado lugar, deixando o mínimo possível de rastros de sua passagem, contribui significativamente para a manutenção e a continuidade desse tipo de atividade. A educação ambiental fará a ponte entre o interesse inerente da comunidade na conservação dos recursos naturais e a satisfação do turista.

É imprescindível lembrar que os temas da educação ambiental a serem trabalhados podem ser abordados de forma agressiva e/ou ingênua.

Apesar do discurso ambiental já ser bem difundido pela mídia e pelos gestores públicos, não há uma participação sincera da sociedade por causa dessa agressividade ingênua de grande parte dos educadores. Há uma insistência em colocar o homem como um agente terrível e devastador e que precisa ser combatido. Esse discurso em áreas que estão em vias de promoção de desenvolvimento sustentável

pode causar uma grande confusão, pois a proposta é exatamente aproveitar todo o potencial humano para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

Não é interessante para o ecoturismo entrar em embate com quem se configura como o interesse principal da atividade, que é o turista. Este deve ser tratado como aquele que auxiliará no processo de reversão do quadro ambiental atual, e a educação ambiental servirá como eixo de discussão que permite o enaltecimento de práticas que visam o desenvolvimento econômico com conservação ambiental, intenção marcante no ecoturismo. O turista precisa estar satisfeito, assim ele voltará, e a comunidade poderá gerir, também de forma satisfatória, sua operação em ecoturismo.

Em uma perspectiva que coloca as questões ambientais como eminentemente sociais, entendemos que, para as comunidades tradicionais, precisamos

criar uma proposta de educação ambiental preventiva e motivadora. Preventiva no sentido de esclarecer sobre os equívocos que a sociedade ocidental cometeu em prol de seu desenvolvimento, gerando sérios problemas (lixo, poluição, desmatamento etc.); e motivadora no sentido de resgatar a dignidade e a auto-estima das comunidades, que se encontram abaladas em muitos casos.

Temas centrais

Os temas a serem trabalhados com as comunidades tradicionais precisam ser lapidados em relação aos mesmos temas trabalhados em cidades e/ou áreas rurais que estão em articulação constante com os referenciais urbanos. Muitos aspectos observados em uma comunidade tradicional considerados impróprios na visão urbana, para o modo de vida local podem ser importantes na manutenção da qualidade de vida dos indivíduos.

Água e solo

Um dos principais temas a serem trabalhados em programas de educação ambiental em áreas rurais é a conservação da água e do solo. Os impactos das atividades humanas sobre esses recursos vitais são enormes. Desmatamentos e práticas agrícolas inadequadas ao clima tropical vêm causando o empobrecimento e a perda do solo por meio da exposição e da erosão. O solo perdido vai parar nos rios, causando o assoreamento dos leitos e a diminuição das vazões. Além do assoreamento, nossos rios vêm sofrendo com a poluição industrial e urbana pela emissão irresponsável de efluentes nos corpos d'água. A educação ambiental tem um papel fundamental para reverter esta



situação caótica, na qual os principais recursos naturais de uma nação estão ameaçados pela falta de práticas sustentáveis na agricultura, na indústria e nos centros urbanos.

Lixo

Os turistas que passaram por lugares em que vivem comunidades tradicionais já estão inseridos em um processo de consumismo muito intenso. Assim, é importante para a comunidade estar preparada para lidar com os possíveis exageros em relação à geração de resíduos durante a estada do turista na região da comunidade.

Uma tentativa de se minimizar o impacto negativo desse processo de geração de resíduos, caracteristicamente urbano, é a criação de mecanismos de separação entre o lixo orgânico (restos de comida, papéis sujos e qualquer material de origem vegetal ou animal) e o lixo inorgânico (plástico, vidros, metais e papéis mais rígidos e limpos e qualquer

tipo de sucata). Essa separação deve ser estimulada entre aqueles que farão o papel de guias dos turistas, para que, durante uma caminhada, uma trilha ou qualquer outro tipo de passeio, os guias estejam com sacos plásticos para entregar aos turistas a fim de que o lixo retorne ao local apropriado.

O processo de discussão a respeito do lixo pode se iniciar a partir da percepção do resíduo gerado pela própria comunidade, e, nesse aspecto, é totalmente viável a realização de atividades de cunho artístico com as crianças e os jovens,

a fim de vislumbrar a quantidade de lixo produzida, sua constituição, os impactos de sua geração e os bons resultados que uma separação pode trazer.

Em algumas regiões, apenas separar o lixo não resolverá, pois o destino pode ser a própria comunidade. Então, é melhor que se estimule a reutilização desses resíduos.

A partir do lixo inorgânico, é bem possível que se construam materiais que poderão ser aproveitados pela comunidade como: porta-objetos a partir de latas, brinquedos a partir de garrafas plásticas, vasos de plantas a partir de vidros e ainda uma variedade de esculturas que poderão ser feitas a partir de grande quantidade de lixo. Isso pode contribuir para que floresça a criatividade de cada indivíduo. Essas atividades, além de serem bastante motivadoras, são também integradoras e possuem uma simbologia importante a ser explorada, independentemente da faixa etária com a qual está trabalhando.

No caso do lixo orgânico, o ideal, caso haja possibilidade, é a realização de um processo de compostagem (ver capítulo que trata de agroecologia).

É importante lembrar que as comunidades tradicionais possuem uma relação com o consumo diferenciada, e tal característica de modo de vida faz dessas comunidades uma alternativa inteligente ao processo de massificação do consumo nas zonas urbanas. É essencial que seja incentivada e enaltecida a permanência desse comportamento.





Saneamento básico

Acerca da questão de saneamento básico, observamos três fatores de relevância: a água, o lixo e o esgoto.

A água, como fonte vital para a comunidade, precisa ser resguardada em sua plenitude desde a captação, passando pelo transporte, até sua utilização. É sabido que a poluição das águas pode se dar facilmente por causa do lixo proveniente da utilização de produtos químicos, como os defensores agrícolas, ou, ainda, por descargas de esgotos.

No caso do esgoto, encontra-se um problema ainda mais complexo, pois raramente há condição de se criar um mecanismo de tratamento. Sendo assim, precisa-se estimular a construção de fossas adequadas (ver capítulo que trata de saneamento básico). O importante é que se estimule a reflexão a respeito do tratamento, seja qual for, para que, paulatinamente, os moradores se interessem pelas formas mais adequadas para destinar seus dejetos.

Valorização da biodiversidade

O discurso de preservação da flora está assimilado por diversas comunidades tradicionais, não por uma causa planetária de preservação da diversidade florística, mas pela simples necessidade diária de manter o que se coleta para o uso medicinal ou alimentício, que, além de garantir a sobrevivência, ainda possibilita o

ensinamento desses hábitos aos mais jovens. Já se sabe que uma comunidade tradicional começa a degradar seu meio natural em virtude da má interpretação de progresso dos senhores que o conduzem.

A biodiversidade nas comunidades tradicionais possui um papel de articulação com o cotidiano de forma mais intensa. A conservação da flora e da fauna é percebida juntamente com a própria manutenção da vida humana. Nesse sentido, é importante que as populações tradicionais sejam estimuladas a manter seus costumes em relação à medicina da planta e em relação à fauna local.

As árvores – como responsáveis pela infiltração de água no solo, pela sombra e pelo potencial medicinal de suas folhas, raízes e cascas – estarão sempre em choque com o interesse madeireiro e mobiliário. No entanto, o processo de valorização da flora e, conseqüentemente, da fauna é alicerçado pelas alternativas que o ecoturismo poderá proporcionar aos indivíduos das comunidades tradicionais. O turista espera um eventual encontro com um animal selva-

gem e também pela cura vinda das plantas. A educação ambiental terá de estar atenta para a gama de possibilidades que o ecoturismo desfruta em relação à biodiversidade da região.

Enfim, esses quatro temas constituem grandes eixos de conteúdos a serem abordados de forma criativa e interdisciplinar. O importante é que a comunidade esteja envolvida com as ações que serão propostas e entenda esses aspectos como salutar para a qualidade de vida dos seus moradores.

Na articulação dos temas, é interessante que se busque um campo de diálogo sobre os valores culturais da comunidade, pois o fato de algumas populações serem constituídas de forma diferente do que entendemos como modo de vida é, na verdade, o grande tesouro a ser preservado.

Nesse contexto, a educação ambiental configura-se como um desafio, uma vez que se coloca como uma ferramenta transformadora que proporcionará ao indivíduo a oportunidade de buscar seus próprios caminhos de desenvolvimento. ■





Caixa de ferramentas

Educação ambiental na prática

Ao chegarmos em uma comunidade, qualquer que seja, o primeiro passo é guardar tudo o que aprendemos em nossas escolas e universidades, assim como o índio da história narrada, e nos tornarmos receptivos ao aprendizado, essencial a todo e qualquer trabalho com populações tradicionais. Só haverá contribuição se deixarmos nos envolver com a sabedoria do outro, configurando um processo de sedução, sensibilidade e percepção.

O diferente sempre fascina e é uma via de mão dupla. O fascínio poderá conduzir para a troca afetiva de saberes e, conseqüentemente, a uma sutil reflexão acerca de alguns hábitos que poderão verdadeiramente trazer mais qualidade de vida para comunidades tradicionais ao operar o ecoturismo. Assim, a forma de estabelecer contato com os indivíduos em comunidades tradicionais, estando sobretudo atento aos símbolos e significados de cada comunidade, é fundamental para a eficácia do trabalho educacional.

Após o período de adaptação à comunidade – que terá uma duração distinta em virtude das especificidades de cada comunidade e de acordo com o comportamento de cada monitor –, inicia-se o processo de estruturação do trabalho específico de educação ambiental. Esse processo terá de respeitar sempre o ritmo e os objetivos da própria comunidade.

As ações precisam estar sempre alicerçadas em grandes momentos de conversas e trocas de experiências. O indivíduo que não pertence à comunidade e que deseja realizar uma atividade educacional só conseguirá êxito entendendo a linguagem que emana em todos os gestos e todas as expressões verbais ou não.

A nossa intenção não é, de forma alguma, criar um receituário de ações prontas e acabadas, mas, como algumas ações, de certa forma, podem ser percebidas como de grande validade, existem procedimentos básicos a serem tomados com as comunidades.

Primeiramente, é necessário que se estabeleça contatos variados com toda a comunidade – tornar-se conhecido. Construir vínculos de confiança seguindo o exposto nas dicas de contato.

Nesses momentos, é válido realizar conversas informais acerca dos trabalhos que estão sendo pensados para a comunidade em relação à educação ambiental.

Após os contatos eventuais, é bom visitar as moradias informalmente, a fim de perceber o cotidiano das famílias e trocar experiências.

Nessas visitas, poderá ser marcada uma reunião inicial com os moradores da comunidade para tratar das atividades.

É imprescindível que se visitem as escolas (quando estabelecidas) e/ou demais segmentos organizados da comunidade para conhecer o cotidiano educacional e as necessidades da comunidade.

Após os convites, realizar uma reunião para que fortaleça a integração do que foi discutido nas conversas informais durante as visitas às moradias e às escolas.

Nessa reunião, é o momento em que o conteúdo se socializa e também o momento em que se

decidem as linhas gerais das ações a serem desenvolvidas (os temas a serem trabalhados, quem participará, como e onde serão realizadas as ações).

Também é necessário que se crie um grupo gestor das ações em educação ambiental (buscando preferencialmente professores, pessoas mais influentes, líderes já constituídos e aqueles que demonstraram interesse durante a reunião).

Algumas dicas para esse difícil e especial contato:

- ouvir, sentir e perceber o ambiente que será trabalhado;
- ter em mente que o trabalho a ser realizado visa ao benefício coletivo, atentando para que o contato não se torne repetitivo com alguns indivíduos;
- identificar os líderes da comunidade (líderes constituídos ou não);
- buscar uma relação especial com os indivíduos mais velhos;
- descobrir os papéis que são depositados nos homens, nas mulheres e nos jovens;
- levar o conhecimento do trabalho para a comunidade como um todo.



Plano de ações

Após a definição do esboço do trabalho e do grupo gestor, realizar uma reunião com esse grupo para elaboração do plano de ações, no caso, um plano preparatório para o ecoturismo.

- O plano de ações deve conter no mínimo: breve explanação do trabalho, objetivos bem definidos, temas a serem trabalhados, metodologia de execução das atividades (sugestões no fim da caixa de ferramentas), definição da participação de cada indivíduo ou segmento da comunidade e cronograma de ações.
- Quando houver escola constituída, devem-se levar em conta o seu planejamento anual e a possível articulação das atividades do plano de ações com as atividades da escola. Vale também estimular, de forma específica, a participação dos professores no processo de condução das ações.
- Caso não haja escola estabelecida, o próprio monitor terá de assumir o papel que o professor assume em sua escola – será aquele que manterá o estímulo sempre crescente na comunidade.

Após a elaboração, fazer uma apresentação do plano de ações para que se inicie uma integração entre os gestores e o restante da comunidade.

Com o plano de ação em mãos, iniciar as atividades de forma sutil e motivadora, para que não haja grande resistência em relação às ações. É importante estar atento para reações contrárias ao trabalho. Após cada ação realizada, relatar os acontecimentos e resultados juntamente com os membros da comunidade.

Por último, realizar a avaliação juntamente com a comunidade e estimular a continuidade das ações após o término do plano de ações.

Roteiro de execução

Segue um roteiro de execução de atividades. Não precisa, necessariamente, ser obedecido na íntegra. Basta lembrar que cada comunidade estará participando do processo de elaboração do plano de ações. Sendo assim, esse roteiro é apenas a título de sugestão.



1ª Etapa – Preparação

Visitar as escolas, moradias e demais pontos-chave da comunidade, a fim de preparar as pessoas para as atividades posteriores, incluindo o agendamento de uma pequena discussão sobre os temas a serem trabalhados. No caso das escolas, é interessante que se proponha uma discussão sobre o meio ambiente como um tema transversal – uma exigência do Ministério da Educação.



2ª Etapa – Discussões

Promover um momento de discussão em que todos possam falar o que pensam sobre lixo, saneamento, biodiversidade e outros temas que surgirem. Nessa discussão, podem ser apresentados dados e propostas de atividades.

Outra discussão poderá ainda ser marcada visando à organização do lançamento das atividades, caso não seja possível resolver tudo em um único encontro.

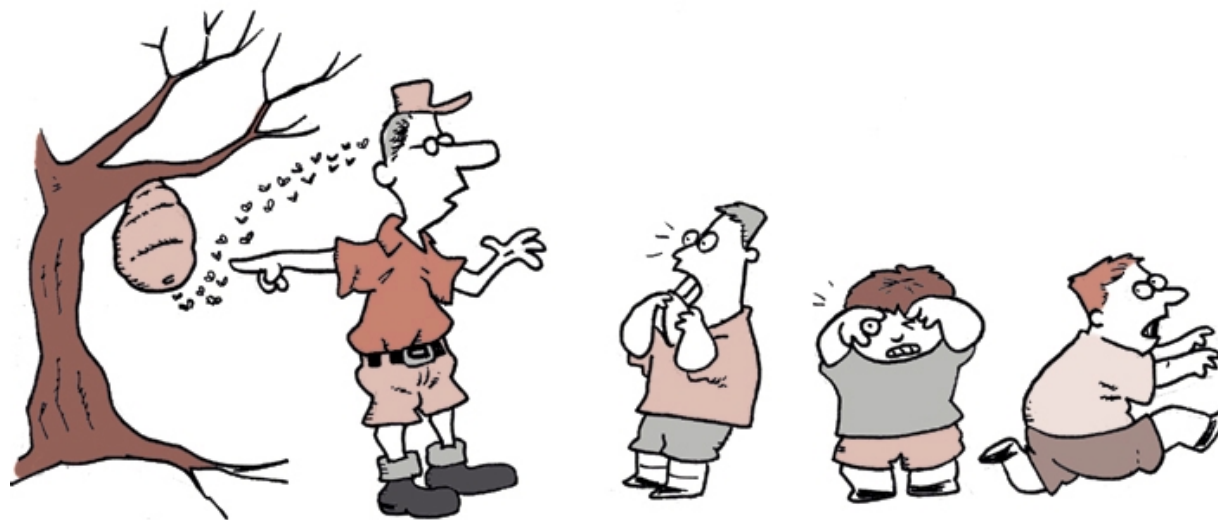


3ª Etapa – Lançamento

Executar o lançamento das atividades de forma comemorativa, reunindo o maior número de crianças e jovens (preferencialmente). Pode ser realizada em forma de teatro, música, pintura, ou qualquer outra expressão cultural local. Esse lançamento depende muito da participação das crianças e, caso haja escola na comunidade, ficará facilitado por causa da participação dos professores.

4ª Etapa – Acompanhamento

Etapa responsável pelo fortalecimento do plano de ações. Nesse momento, os que foram escolhidos para participar das ações receberão o maior número de informações e poderão discutir os temas propostos. Não é aconselhável o sistema de realização de palestras, mas sim que a discussão seja feita durante uma trilha, um passeio, pois é dessa forma que ocorre a evolução do processo educativo com os turistas.



5ª Etapa – Formação de um grupo infanto-juvenil

É essencial formar um grupo de crianças e jovens como porta-voz do plano de ações para o melhor andamento das atividades. A maior dificuldade está na exigüidade do tempo e cabe ao monitor escolher os participantes mais motivados para serem os incentivadores da formação desse grupo.

Esse grupo ficará responsável pela visita das casas da comunidade para conversar a respeito dos temas selecionados, visando expandir as ações e aumentar o interesse dos moradores.

6ª Etapa – Avaliação

O grupo de crianças e jovens e o grupo gestor selecionarão os elementos que servirão de avaliação do trabalho. Posteriormente, é interessante elaborar um relatório que ficará nas escolas e em lugares centrais da comunidade para que as ações possam ter continuidade na comunidade.



Sugestão final

Por mais tradicional que seja a comunidade, a escola é o local onde os temas escolhidos podem ser trabalhados com um pouco mais de profundidade. Discutir com os educadores os problemas da comunidade pode ser riquíssimo para o andamento dos trabalhos.

Com os alunos vale conduzir ações juntamente com os professores, para que se firme um compromisso entre todos os freqüentadores da escola, que pode se tornar o ponto-chave durante a execução do plano de ações.

Ao organizar a criação de um grupo de alunos com ajuda dos professores, podemos dizer que a mensagem trabalhada criará raízes nas escolas e, conseqüentemente, nas moradias. Um fato é universal: os pais sempre dão atenção quando os filhos lhes contam novidades.

Obs.: caso não seja possível seguir essas instruções, basear-se na criatividade e na diversidade de opiniões da comunidade é sempre uma opção segura. ■



Referências bibliográficas

Os livros que possuem o título de educação ambiental nem sempre trazem um debate inovador sobre o tema e, em muitos casos, restringem-se a sugestões de atividades ou demonstração do atual quadro catastrófico em que nos encontramos. Outro problema é a eterna redução da educação ambiental em educação ecológica, voltada para o conhecimento das ciências eminentemente biológicas.

Para quem não está habituado com o tema, a leitura de certos livros que tratam exclusivamente de educação ambiental poderá trazer uma confusão conceitual drástica. A própria variação conceitual a respeito da concepção dos termos *ambiente* e *ecologia* traz em si grande questão a ser aprofundada que, para o novato na leitura, pode se tornar enfadonha e sem sentido.

Pretendemos, com essas sugestões de bibliografia, sugerir outros enfoques a respeito da educação ambiental. Nem todos os livros aqui relacionados tratam exclusivamente dessa temática. Entendemos que, para pensar uma educação ambiental para comunidades tradicionais de forma diferenciada, é muito importante a leitura dos seguintes textos selecionados.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**: temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. **Declaração de Brasília para a educação ambiental**. Brasília: 1997.

CASSETI, Valter. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo: Contexto, 1991.

GONCALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

MARQUES, Marília Bernardes. **Ciência, tecnologia, saúde e desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1991.

PORTO, Maria de Fátima Melo Maia. **Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios**. Belo Horizonte: Fundação Estadual do Meio Ambiente, 1996. (Educação ambiental: conceitos básicos e instrumentos de ação, v. 3).

ROCHA, José Sales Mariano. **Manual de projetos ambientais**. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1997.

Bibliografia recomendada:

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência**: o dilema da educação. São Paulo: Loyola, 2000.

ANDRADE, Manoel Correia de. **O desafio ecológico**: utopia e realidade. São Paulo: Hucitec, 1994.

DIETZ, Lou Ann; TAMAIO, I. **Aprenda fazendo**: apoio aos processos de educação ambiental. Brasília: WWF, 2000.

GRUN, Mauro. **Ética e educação ambiental**: a conexão necessária. Campinas: Papirus, 1996.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1991.

MEDINA, Naná Minimi; SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação ambiental**: uma metodologia participativa de formação. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários para a educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

PADUA, Suzana Machado; TABANEZ, M. F. **Educação ambiental**: caminhos trilhados no Brasil. Brasília: Pax, 1997.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental?**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **A floresta e a escola**: por uma educação ambiental pós-moderna. São Paulo: Cortez, 1999.

RÓDRIGUES, Vera Regina. **Muda o mundo, Raimundo!**: educação ambiental no ensino básico do Brasil. Brasília: WWF; MMA, 1997.

TAMAIO, Irineu; CARREIRA, D. **Caminhos e aprendizados**: educação ambiental, conservação e desenvolvimento. Brasília: WWF, 2000.

TAMAIO, Irineu; SINICCO, S. **Educador ambiental**: seis anos de experiências e debates. Brasília: WWF, 2000.

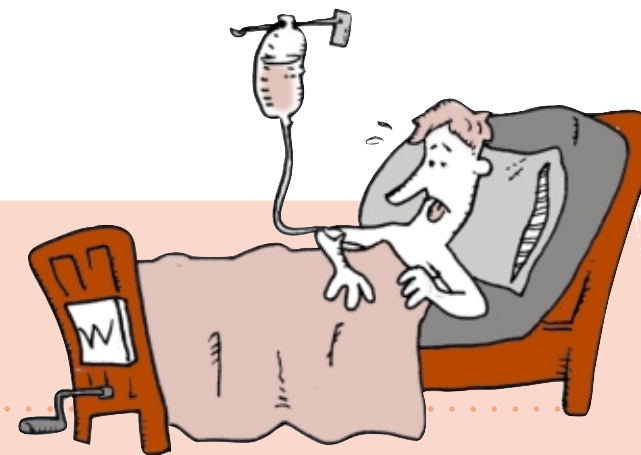
UNESCO. **Educação para um futuro sustentável**: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Brasília: Ibama, 1999.

VIERTLER, Brigitte Renate. **Ecologia cultural**. São Paulo: Ática, 1988. (Séries Princípios).

Este capítulo nos remete à importância da educação sanitária como caminho seguro à manutenção da saúde individual, familiar, comunitária e ambiental. Para as autoras, a falta de informações sobre as diversas realidades as quais o viajante trava contato pode ser um fator de risco. A solução, então, passaria pelo levantamento de informações por parte dos viajantes antes do percurso e pela capacitação dos profissionais de hotelaria, que estariam aptos a orientar os turistas para evitar acidentes.

EDUCAÇÃO SANITÁRIA E SAÚDE DE VIAJANTES

MÁRCIA GOMIDE MELLO E ALBERTO RAMOS JR.



O que você pensa quando alguém fala sobre educação sanitária? Pensa em uma aula nas escolas? Ou em redes de esgotos e água tratada? Ou, ainda, em lavar as mãos antes das refeições? Ou, quem sabe, no controle de insetos? Ou nos cuidados com o lixo? Ou, ainda, nos cuidados com os alimentos?

A educação sanitária pode ser tudo isso, mas inclui outras questões também. O que é importante saber é que ela deve ser pensada no dia-a-dia, ao se buscarem ações contínuas visando à saúde de cada um de nós, de nossa família, de nossa comunidade e até mesmo do nosso meio ambiente.

Para alcançar esses objetivos, é necessário ter conhecimentos e informações fundamentais sobre o tema e buscar métodos e práticas acessíveis a todos no sentido de se estimularem comportamentos responsáveis e o envolvimento geral. É por isso que a educação sanitária é fundamental.

Devemos lembrar também que a nossa vida não se limita ao local em que vivemos. As pessoas estão sempre se deslocando de um lugar para outro. Às vezes, são locais próximos no nosso bairro, na nossa cidade. Outras vezes, são grandes distâncias, outros municípios, estados ou países.

Além da paisagem e das construções, os costumes e a cultura nem sempre são os mesmos. Quando alguém viaja, entra em contato com todas essas novas realidades. Os hábitos de alimentação, o clima, a rotina do dia-a-dia, os animais, a vegetação, enfim, todo o contexto se modifica.

Entretanto, as pessoas quando viajam nem sempre param para pensar nessas diferenças e acabam se colocando em risco de adoecer por não se informarem a respeito dessas novas

realidades. Muitas das vezes, são justamente essas realidades que nos atraem quando buscamos fazer turismo.

Mas nada disso deve ser motivo para não conhecermos novos locais. Podemos estar adequadamente informados e capacitados para até mesmo orientar outras pessoas, principalmente aquelas que vêm conhecer a nossa realidade.

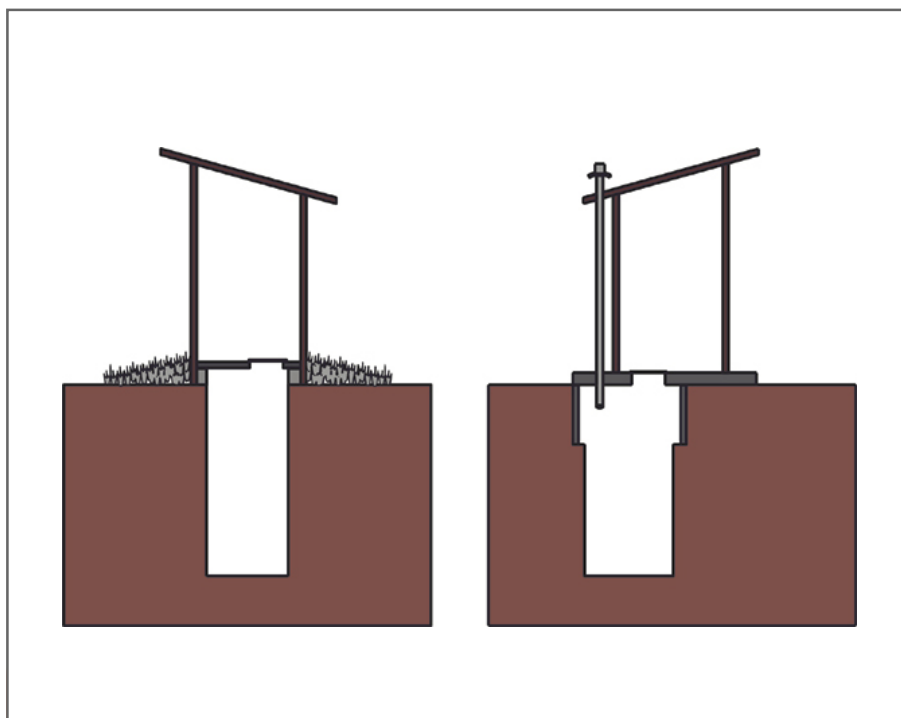
Estar capacitado para orientar essas pessoas é fundamental tanto para a manutenção adequada do ambiente em que vivemos como para sensibilizar todos. Dessa forma, será possível desenvolver as atividades relacionadas ao turismo de forma consciente, sem trazer muitos impactos ao ambiente ou à saúde humana.

Como exemplo dessas ações, o surgimento de serviços de medicina de viagem no Brasil vem possibilitando maior segurança ao turista por meio de orientações sobre a área a ser visitada e o acompanhamento clínico especializado.

Graças a tais serviços especializados, muitos turistas já chegam conscientizados, informados e com a capacidade de tomarem decisões em relação aos problemas de saúde que, porventura, surjam durante a viagem.

Cabe a todos nós criar as condições necessárias para que as atividades relacionadas ao turismo sejam pensadas e realizadas de forma responsável, sem colocar em risco a vida dos turistas, de nossa comunidade e do ambiente em que vivemos.

Assim, quando associamos os conhecimentos da medicina de viagem com os da educação sanitária, conseguimos alcançar tais condições. Ambos lidam com o controle de situações de risco à saúde e são, por isso, muito importantes para quem lidará com programas como o MPE.



A educação sanitária envolve medidas práticas, como fazer uma fossa séptica, até ações contínuas, realizadas cotidianamente para a saúde individual, coletiva e ambiental

Água

Para falar em educação sanitária e cuidados com viajantes, a primeira palavra que vem à mente é água. Nas cidades, a água chega até as casas através de uma rede de canos por baixo do chão, chamada de rede de abastecimento de água.

Em muitas cidades pequenas ou distantes, não existem redes de abastecimento de água, e as pessoas fazem poços, retirando a água diretamente dos reservatórios naturais. Mas não basta encontrar fontes de água. É preciso cuidar delas de forma adequada.

Em caso de hotéis ou pousadas, por exemplo, esse cuidado deve ser redobrado. Além das próprias pessoas que trabalham no local, os turistas podem ser contaminados pela água com organismos que causam doenças. E essa situação pode comprometer o empreendimento turístico.

Todos esses cuidados são importantes para evitar que turistas adoeçam ou retornem às suas cidades levando junto com eles a doença que adquiriram, podendo até criar situações de risco à saúde das pessoas em suas áreas. Eles ainda podem levar doenças de seus locais de origem para a região que está sendo visitada.

As doenças também se espalham desse modo. Devemos, portanto, estar preocupados não apenas com o que o turista pode causar no nosso ambiente, mas também o que nós podemos trazer de mal a um turista pouco informado, a este ambiente, bem como a nós mesmos, a nossas famílias e a nossa comunidade.

A ingestão da água contaminada pode trazer várias doenças, por meio de agentes biológicos ou químicos, como podemos observar nas tabelas a seguir.

TABELA 1 – Doenças de veiculação hídrica por agentes químicos

Exposição	Doença	Medidas de prevenção
Cobre (encanamentos)	Intoxicação	Evitar uso de materiais com cobre
Fluoreto (excesso de flúor na água)	Fluorose	Controle dos níveis de flúor na água
Nitritos (contaminação da água)	Intoxicação	Evitar contaminação de água com nitritos
Organofosforados/Carbamatos (água contaminada com agrotóxicos)	Intoxicação	Controle do uso de agrotóxicos
Mercúrio (contaminação de água/alimentos)	Intoxicação	Não utilização de mercúrio (a utilização do mercúrio para quaisquer fins no Brasil está proibida)

Adaptado de Barros, 1995 (FNS, 1999)

Esgotos

Será que as pessoas já pensaram que, depois de usada, a água não vai mais ser a mesma? A água carregará com ela os restos de sua utilização. Por exemplo, se lavamos as mãos, a água levará restos do sabão e da sujeira de nossas mãos com ela. A essa água chamamos de água servida.

Toda essa água está poluída, seja por conter água com sabão, fezes e urina ou por estar contaminada com resíduos industriais. Todos esses restos contaminam a água com micróbios, parasitas ou produtos químicos que podem fazer mal à saúde. Se a água é retirada e utilizada pelas pessoas, ela deve ir para algum lugar. Para coletar essa água servida, existe a rede de esgoto.

Na rede de esgoto, são despejadas todas as águas servidas, sejam as que vieram das casas, como de qualquer outro estabelecimento.

Paremos para pensar um pouco: quanta água suja uma grande cidade produz por dia? Ou mesmo uma pequena cidade? E para onde vai toda essa água servida? E quando não existem as redes de esgoto? O que acontece?

O problema maior é que, mesmo que existam as redes de coleta de esgoto, essas águas servidas precisam ir para algum lugar. Na maioria das vezes, são jogadas em rios ou no mar. Outras vezes, antes de serem jogadas de novo na natureza, elas vão para uma estação de tratamento de águas de esgoto. Nessa estação, a água passa por processos de limpeza que diminuem a quantidade de sujeiras. Depois, essa água menos suja volta aos rios e mares.

A **tabela 2** apresenta algumas doenças relacionadas à contaminação por esgotos.

Lixo

Até o momento falamos apenas da água, sobre as formas de coleta e do seu tratamento. Mas a população humana também produz lixo – composto por todo tipo de resíduos sólidos resultantes das nossas atividades diárias ou pela natureza nas cidades, por exemplo, galhos de árvores, terra e areia espalhados pelo vento etc., os quais podem contribuir com o entupimento dos bueiros.

O lixo pode ser composto por substâncias putrescíveis, de origem orgânica, como restos de alimentos, cadáveres de animais, papéis ou folhas; por substâncias combustíveis, como panos, couro, plásticos, madeiras etc; por substâncias incombustíveis, como cinzas, metais, vidros, pedras etc. Alguns resíduos podem representar materiais reaproveitáveis, como vidros, latas, metais, plásticos etc.

Dicas

- Só comprar o que é realmente necessário.
- Evitar os produtos descartáveis.
- Ensinar os turistas que se deve guardar o lixo produzido durante passeios em sacos que só poderão ser esvaziados no hotel ou em latas coletoras.

Mesmo sabendo que é possível e importante reaproveitar muitos materiais, poucas cidades fazem a coleta seletiva do lixo. Porém, mais importante do que reutilizar e reciclar o lixo, é reduzir o consumo, sem gastar exageradamente. Se fizermos assim, produziremos menos lixo. Mas para onde vai o lixo quando não é reutilizado ou reciclado?

Depois de acondicionado de forma adequada pela população, os caminhões de lixo transportam

tudo para os aterros sanitários, estabelecidos em áreas apropriadas. Nesses aterros, o lixo é comprimido, espalhado e amassado sobre o solo. Em seguida é coberto por terra. E assim por diante. Com isso, reduz-se o mau cheiro, mantém-se a nossa região limpa e evita-se a presença e o desenvolvimento de vetores causadores de doenças como ratos, baratas e moscas. Mas, como o lixo está sempre chegando, novas camadas estão sempre sendo formadas.

TABELA 2 – Doenças de veiculação hídrica por agentes biológicos

Transmissão	Doença	Medidas de prevenção
Pela água	Cólera Febre tifóide Leptospirose Giardiase Amebíase Hepatite infecciosa Diarréia aguda	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar sistema de abastecimento e tratamento de água para uso doméstico e coletivo • Proteção contra contaminação dos recursos hídricos, tanto fontes como mananciais de água
Pela falta de limpeza e/ou de higienização por meio da água	Escabiose Pediculose (piolho) Tracoma Conjuntivite bacteriana Salmonelose Tricurose Enterobose Ancilostomose Ascaridose	<ul style="list-style-type: none"> • Implantar sistema de esgotamento sanitário • Instalar abastecimento de água com encanamento • Desenvolver melhorias sanitárias domiciliares e coletivas • Instalar reservatório de água adequado com limpeza sistemática
Por vetores que se relacionam com a água em alguma fase de seu ciclo de vida	Malária Dengue Febre amarela Filariose Esquistossomose	<ul style="list-style-type: none"> • Eliminar o aparecimento de criadouros com inspeção sistemática e medidas de controle, tais como drenagem e aterro sanitário • Dar a destinação adequada aos resíduos sólidos • Controle de vetores e hospedeiros intermediários

O lixo pode ser incinerado, mas tem a desvantagem da fumaça produzida. Também existe o processo da compostagem: o lixo é aquecido e agitado até que se torne um composto orgânico. Esse processo resulta em um adubo que pode ser utilizado na agricultura. A compostagem do lixo orgânico é um método viável, apesar de um pouco caro.

Muitos locais não têm um sistema de coleta, e as pessoas acabam largando o lixo em terrenos vazios ou beiras de rio. Embora o aterro não seja a opção ideal, é melhor que o lixo seja nele depositado do que fique exposto. Largado desse jeito, não só será um terreno fértil para doenças como afetará o meio ambiente.

Quando falamos em meio ambiente, estamos nos referindo não só à natureza, mas às nossas casas, nossa rua, bairro, cidade, trabalho, enfim tudo o que nos cerca, incluindo nós mesmos.

Ao deixarmos o lixo exposto e largado, haverá o crescimento de muitos micróbios perigosos à saúde. Moscas, mosquitos e ratos com parasitos microscópicos que acabarão por transmiti-los a nós – nosso corpo então passará a ser o meio ambiente desses microorganismos. E, quanto mais lixo for largado dessa forma, mais chances teremos de nos contaminar. E de quem é a culpa? Ou a responsabilidade? É preciso impedir esses *depósitos* de lixo nas ruas ou nos rios.

A cidade ou o bairro precisa resolver o problema. A associação de moradores pode ser muito eficiente, ajudando a resolver a situação.

Mas e aquele lixo na beira do rio? Além de estarmos favorecendo o contágio individual de doenças, contaminando o solo e a água, estamos prejudicando o fluxo normal do rio. Esse procedimento *entope* o rio. No fim de algum tempo, o rio terá mais lixo do que água. Quando chover, não conseguirá levar a água da chuva embora, e as enchentes começarão.

Enquanto a coleta pelo caminhão não acontece, pode-se improvisar um aterro sanitário próprio:

- cavar um grande buraco no fundo de um terreno ou em local escolhido pela comunidade, caso seja iniciativa do grupo. Os hoteleiros devem fazer o mesmo em seus estabelecimentos;
- compactar o lixo;
- enterrar para evitar que ratos, baratas e outros bichos tenham acesso ao lixo, impedindo, assim, a transmissão de doenças;
- tentar compactar a terra; depois, depositar o próximo lixo por cima e assim por diante, fazendo camadas.

Para quem tem o serviço de coleta pelo caminhão, alguns pequenos procedimentos também devem ser efetuados:

- lixo fechado em sacos ou em latas com tampa;
- só colocar o lixo na calçada no dia de o caminhão passar;
- se possível, deixar o lixo em local suspenso para que animais não o alcancem;
- não colocar materiais cortantes nos sacos de lixo para evitar que os lixeiros se cortem.

TABELA 3 – Riscos em relação à contaminação por fezes

Transmissão	Doença	Medidas de prevenção
Fecal-oral e com relação à água	Febre tifóide Cólera Diarréia aguda Hepatite A Poliomielite Toxoplasmose	<ul style="list-style-type: none"> • Abastecimento de água • Imunização • Desinfecção e manutenção da qualidade da água • Implantação ou manutenção de instalações sanitárias
Fecal-oral em relação ao solo	Ascarirose Tricurrose Ancilostomose	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação ou manutenção de instalações do sistema de esgoto • Higiene pessoal e dos alimentos
Contato da pele com água contaminada	Esquistossomose	
Ingestão de carne mal cozida	Tenose Cisticercose	

Dicas

- Não transformar o rio em lixeira.
- Não deixar que joguem nada nos rios, lagos ou praias.
- Não jogar papéis ou guardanapos no chão e disseminar o cuidado entre as pessoas.
- Avisar as pessoas para que cuidem bem de seus pertences durante excursões. Assim, perdas serão evitadas, impedindo que objetos perdidos se tornem lixo na natureza.

Agrotóxicos

Ao falar de lixo e resíduos, não podemos deixar de lembrar dos agrotóxicos. Eles são usados nas plantações com o objetivo de livrar os cultivos dos parasitas e de outros *insetos famintos* que devoram o que vêem pela frente. O agricultor precisa garantir sua safra.

Mas esse agrotóxico é perigoso para o próprio agricultor, para quem consome o alimento e para o ambiente. Se o agricultor não se proteger, vai se contaminar.

Se, nas proximidades da plantação, passar algum rio, os resíduos do agrotóxico vão parar nessas águas, espalhando-se por outras regiões. Isso poderá causar danos aos animais do rio e aos seres humanos.

Podem também contaminar os poços, pois, se forem se infiltrando no solo, alcançarão os lençóis de água subterrânea que os alimentam. Por isso, o local do poço deve ser escolhido com muita atenção.

Pela saúde dos viajantes

Doenças como cólera, febre tifóide, hepatite A, hepatite E, poliomielite e verminoses devem ser objeto de todo o cuidado, tendo em vista a relação com a utilização da água e dos alimentos. No caso dos turistas, existe ainda a famosa “diarréia dos viajantes”. É possível evitar essas doenças com algumas medidas simples de proteção, indicadas principalmente em áreas de risco.

Um exemplo é a informação sobre a existência de vacinas. É o caso da prevenção à hepatite A, à febre tifóide e à poliomielite. Essas vacinas são muito importantes e estão indicadas para as pessoas não vacinadas anteriormente de forma adequada. Estão disponíveis em Centros de Informação para Viajantes (Veja as sugestões no fim do capítulo).

Da mesma forma que para os turistas, os responsáveis pela organização das atividades de turismo devem se preocupar com a qualidade da água e dos alimentos disponibilizados. Nesse sentido é que a atuação da vigilância sanitária se faz importante.

Cuidados com a água e os alimentos

- Hospedar-se em áreas com infra-estrutura adequada (água e esgoto tratados).
- Lavar sempre as mãos com água e sabão antes do preparo de alimentos e das refeições.
- Procurar se alimentar com alimentos cozidos ou fervidos, preparados no momento do consumo.

- Procurar não consumir alimentos malcozidos, preparados à base de ovos (como maionese caseira), molhos, sobremesas tipo musse, sucos, sorvetes e gelo.
- Evitar legumes e frutas cruas que não possam ser descascados ou desinfetados no momento do consumo. Os legumes são facilmente contaminados e difíceis de serem lavados de forma adequada.
- Utilizar água mineral engarrafada industrialmente, pois, em geral, tem menor risco de transmissão de doenças. Quando não for possível, a água utilizada para beber deve ser filtrada, clorada e/ou fervida.
- Existem comprimidos e soluções contendo diversas concentrações de cloro. Observar atentamente as instruções dos fabricantes em relação à concentração adequada para diferentes volumes e finalidades de utilização da água.
- Evitar beber água mineral, refrigerante ou cerveja diretamente de embalagens, latas ou garrafas sem lavá-las adequadamente. Utilizar canudo ou copo limpo.
- Evitar o consumo de leite não-pasteurizado e de bebidas não-engarrafadas industrialmente.
- Evitar consumir bebidas, sucos, sorvetes, gelo ou qualquer tipo de alimento adquirido com vendedores ambulantes.
- Utilizar água tratada (ou mineral) para escovar os dentes.

Além das orientações colocadas, na tabela sobre doenças de veiculação hídrica vimos que algumas doenças podem ser transmitidas apenas pelo contato com a água, como a esquistossomose

(também conhecida como xistosa ou barriga d'água), a leptospirose e as infecções causadas por amebas de vida livre.

Aqui também é possível orientar os turistas e as pessoas em geral a tomarem algumas medidas, tais como:

- evitar se hospedar em locais com inundações freqüentes;
- utilizar apenas água filtrada, clorada e/ou fervida para beber e banhar-se;
- não tomar bebidas diretamente de latas, sem lavá-las adequadamente (risco de contaminação com urina de rato, situação freqüente nos depósitos). Utilizar copo limpo ou canudo plástico;
- evitar banhos em lagos, lagoas ou rios sem conhecimento prévio dos riscos. No caso da esquistossomose, seu caramujo vive em rios poluídos;
- evitar exposição desnecessária à água ou à lama nas inundações;
- utilizar calçados e/ou botas impermeáveis, preferencialmente de cano longo, quando for em áreas alagadiças.

Também nesse caso, os responsáveis pela organização das atividades de turismo na região devem estar atentos à existência dos potenciais riscos. Em visitas ou caminhadas em áreas de matas ou florestas, deve ser sugerido ao grupo de turistas as dicas a seguir. São procedimentos que diminuirão as chances de picadas, arranhões ou queimaduras.

- Utilizem calçados impermeáveis e fechados.
- Utilizem camisas de tecido leve, mas com manga.

Cuidado com os insetos

Várias doenças podem ser transmitidas por insetos: malária, febre amarela, dengue, doença de Chagas, leishmaniose, filariose, entre outras. No caso da prevenção da febre amarela, já existe a vacina, com validade de dez anos a partir do décimo dia da aplicação inicial. Existem várias medidas de proteção aplicáveis não só ao viajante como também à comunidade.

- Procure se hospedar em locais que disponham de proteção para evitar a presença de mosquitos e outros insetos. Prefira ambientes protegidos com

telas nas portas e janelas e/ou com cortinados, impregnados ou não com produtos repelentes (à base de substâncias químicas e/ou naturais).

- Utilização de mosquiteiros impregnados com tais substâncias ou de repelentes e/ou inseticidas por aspersão no ambiente.
- Para a proteção individual, além da utilização de calças e camisas de mangas compridas para reduzir a área corporal exposta às picadas de insetos, também podem ser utilizadas substâncias repelentes naturais ou à base de produtos químicos.

TABELA 4 – Doenças relacionadas a alimentos

Transmissão	Doença	Medidas de prevenção
Agentes bacterianos	Febre tifóide Cólera Gastroenterite estafilocócica Shigelose Yersinioses Campilobacteriose Brucelose Botulismo	<ul style="list-style-type: none"> • Abastecimento de água • Imunização • Desinfecção e manutenção da qualidade da água • Implantação ou manutenção de instalações sanitárias • Implantação ou manutenção de instalações do sistema de esgotamento • Higiene pessoal e dos alimentos • Preparo adequado dos alimentos • Controle de insetos • Ferver/cozinhar bem os alimentos • Manipulação/uso adequado de enlatados
Agentes parasitários	Disenteria amebiana Toxoplasmose Tenose/cisticercose	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização de alimentos e água de fonte não-contaminada • Utilização de medidas de higiene/controle da presença de moscas sobre os alimentos • Evitar consumo de alimentos expostos à água contaminada ou às fezes de felinos contaminados • Controle de águas residuais, evitando contaminação de pastos, não-ingestão de carnes de procedência duvidosa e de verduras adubadas com fezes de suínos

- Mesmo com a utilização dessas medidas de proteção no ambiente e de cunho individual, deve-se certificar ainda, em consulta médica, da necessidade de quimioprofilaxia para a malária – caso indicada, deverá ser prescrita por um médico.

Como opções comprovadamente eficazes aos produtos químicos, existem alguns produtos naturais hipoalergênicos que têm a propriedade de ser repelentes sem a toxicidade própria dos produtos químicos. Como exemplos, temos a citronela, com um odor agradável, disponibilizada em xampus, cremes, loções, *sprays*, óleos para emulsão e velas (estas com ação no ambiente e duração de até 50 horas). Outro produto natural é a andiroba, com ação repelente e também disponibilizada em cremes e xampus.

Perigos nos inseticidas

Deve-se observar que inseticidas e repelentes baseados em produtos químicos são tóxicos, e seu uso deve ser feito somente com o conhecimento de suas características toxicológicas – normalmente descritas nos rótulos das embalagens. Dessa forma, além da questão ambiental, são potencialmente tóxicos para o indivíduo e requerem uma série de cuidados.

- A utilização de repelentes químicos na pele deve ser baseada no Deet (N,N-dietil-metaltoluamida) e feita enquanto estiver ao ar livre. Em locais fechados, lavar a pele para retirar o repelente.
- Ler cuidadosamente a recomendação do fabricante do repelente. As concentrações máximas recomendadas de Deet são de até 30% para adultos e até 10% para crianças.

- Ter cuidado para não aplicar Deet nos olhos, na boca ou em ferimentos.
- Não aplicar Deet nas mãos de crianças pelo risco de contato com olhos e boca.
- A utilização de repelentes químicos na roupa deve ser baseada na permetrina ou deltametrina.
- Os mosquiteiros impregnados com permetrina permanecem efetivos durante vários meses – o que pode significar a exposição continuada a uma substância potencialmente tóxica.
- A utilização de inseticida em aerosol nos locais fechados na hora de dormir também pode gerar efeitos tóxicos graves às pessoas expostas.

A citronela compõe uma ótima estética em áreas de lazer (próxima a piscinas, churrasqueiras, quadras etc.), canis, jardins, currais, pocilgas, varandas, hortas. Recomenda-se plantá-la em todos os locais em que exista incômodo por causa da presença de moscas, mosquitos e pernilongos.

Acidentes com animais

Algumas doenças podem ser transmitidas ou adquiridas pelo contato acidental com animais peçonhentos ou pela mordedura de animais, raivosos ou não, causando infecções secundárias. Alguns cuidados ajudam a evitar tais acidentes.

- Certificar-se, de acordo com o risco presumido de exposição, da necessidade eventual de vacinação anti-rábica (esquema pré-exposição).
- Evitar o contato direto com qualquer animal com o qual não esteja familiarizado, uma vez que até alguns tipos de borboletas e sapos possuem venenos ou toxinas que podem levar à morte.

- Em praias (principalmente nas oceânicas), é importante se informar sobre a presença de peixes, moluscos, celenterados (águas-vivas, caravelas), esponjas ou ouriços-do-mar que possam causar alguma espécie de dano físico com o contato direto ou ingestão.
- Em caso de mordida, arranhão ou contato com saliva de animal em algum ferimento ou na boca, lave a região com água corrente e sabão e procure imediatamente assistência médica.

Dicas

- Antes de sair com um grupo de turistas, o condutor de visitantes pode fazer uma rápida verificação, visualizando se alguma pessoa do grupo está trajada de forma inadequada. Se houver condições, sugira uma troca.
- O condutor de visitantes não deve deixar que os turistas mexam em nada na natureza nem tirem pedras ou troncos de seus lugares. Fazendo isso, poderão desabrigar algum animal e pôr em risco a segurança do grupo ao mexer em algum esconderijo de cobra peçonhenta, por exemplo.



Roberto M. F. Mourão

O mosquiteiro para rede é uma forma simples e barata de proteção contra insetos

Se o animal for doméstico (cão ou gato), procure também entrar em contato com o dono para que avise caso haja mudança de comportamento ou morte do animal. Essas medidas são fundamentais para a proteção contra raiva.

- Utilizar botas, preferencialmente de cano longo, quando for andar em pequenas vilas, sítios, fazendas e florestas, para evitar acidentes com animais peçonhentos (aranhas, escorpiões e cobras) e a aquisição de verminoses.
- Antes de colocar calçados, verificar sempre se há algum animal dentro (aranhas, escorpiões, cobras e roedores).
- Em caso de acidente com animais peçonhentos (aranhas, escorpiões e cobras), procure imediatamente auxílio médico e não faça ne-

nhuma tentativa de retirada da peçonha por sucção da ferida nem faça torniquetes.

Como se pode ver, a educação sanitária visa às boas práticas de nosso dia-a-dia. São atitudes e hábitos muitas vezes realizados sem pensarmos nas causas ou nos efeitos. A educação sanitária passa pelo cuidado de cada um com sua saúde e de sua família.

Passa também pelos deveres de boa convivência com nossos vizinhos, mas não deixa de lado os nossos direitos de cidadãos. Direito de ter acesso a serviços de saneamento básico, de educação e

de saúde e, dessa forma, de exercer a nossa cidadania em plenitude.

As medidas de prevenção citadas neste material podem diminuir significativamente o risco de se adoecer, mas não o anula totalmente. Caso apareçam sinais ou sintomas de doença (febre, mal-estar, diarreia etc.), deve-se encaminhar o caso imediatamente a um serviço médico. ■



Caixa de ferramentas

Limpar a água antes que chegue às casas é da maior importância para evitar contaminações. Estas podem acontecer se houver um cano furado ou se a caixa d'água da casa estiver suja. Os poços também podem ter água com algum tipo de micróbio, parasito ou substâncias perigosas à saúde. Podem ter sido contaminados pela água que se infiltra no solo, levando restos de agrotóxicos ou por haver alguma fossa próxima ao poço.

E se a água é de poço? E se não existe uma privada ligada à rede de esgoto ou a uma fossa? Nesses casos, é preciso tomar os cuidados a seguir.

Poço para coleta de água limpa

- O poço deve ser construído no ponto mais alto possível do terreno, longe da fossa, pelo menos 20 metros.
- Construir uma parede em volta do poço que tenha, no mínimo, uma altura de 30 centímetros acima do terreno e uma base de 50 centímetros formando uma calçada em torno do poço. Não deixe que águas de chuva se acumulem perto do poço ou que entrem nele depois de escorrer pela terra. Para isso, é preciso fazer valas de drenagem.

- Depois de terminada a construção do poço, deve ser feita uma limpeza. É preciso saber a quantidade de água do poço e preparar, em um balde, meio litro de água sanitária para cada mil litros de água do poço. Depois de quatro horas, retira-se essa água até o poço esvaziar. Depois que a água renovar e estiver límpida, já estará pronta para o uso.
- Manter o poço coberto por uma tampa, fazendo uma sobretampa para evitar a entrada de chuva pelas frestas. Assim, você evita que galhos, folhas, animais ou outros objetos caiam no poço, sujando a água.
- Nunca utilizar cordas ou baldes sujos para retirar a água do poço.



Caixa d'água

- Nas casas que recebem a água da rede de abastecimento, costuma-se armazená-la em caixas d'água. Essas caixas também precisam de cuidados: é preciso que estejam sempre tampadas e sejam limpas semestralmente.
- A água que vem da rede é limpa, mas pode haver uma quebra de cano. Por isso, é melhor prevenir, clorando a água. O cloro pode ser obtido em postos de saúde. A forma de utilizá-lo é a seguinte: em cada litro de água que será bebido deve-se pingar uma gota de cloro, agitar a garrafa de água e esperar 20 minutos para consumir.
- Caso não tenha o cloro, deve-se ferver a água e depois filtrar.
- Existem comprimidos e soluções contendo diversas concentrações de cloro. É necessário observar atentamente as instruções dos fabricantes em relação à concentração adequada para diferentes volumes e finalidades de utilização da água.

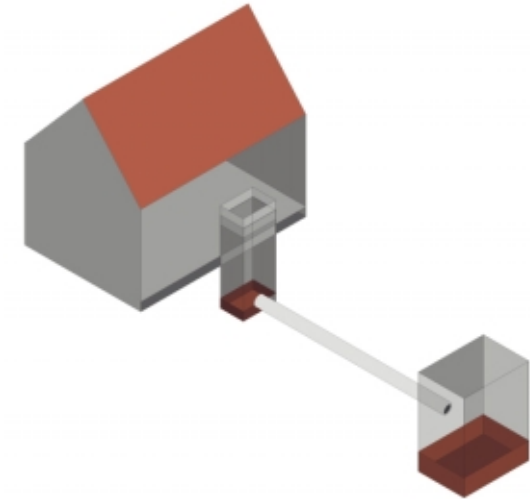
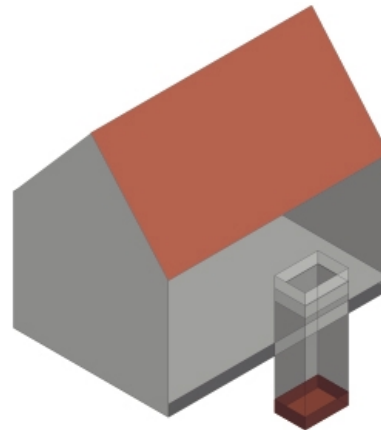


Limpeza

- Fechar o registro impedindo a entrada de água na caixa.
- Esvaziar a caixa d'água abrindo as torneiras.
- Quando a caixa estiver quase vazia, tampar a saída para que a água que restou seja usada na limpeza e para que a sujeira não desça pelo cano.
- Esfregar as paredes e o fundo da caixa. Calçar botas, usar somente escova, nada de sabão, detergente e outros produtos.
- Retirar a água suja usando pá, balde e panos, deixando a caixa totalmente limpa. Verificar se não existem rachaduras ou infiltrações.
- Deixar entrar água na caixa até encher. Acrescentar 1 litro de água sanitária para cada mil litros de água.
- Não usar, de forma alguma, essa água por duas horas.
- Passadas as duas horas, fechar o registro e abrir a saída. Esvaziar toda a água da caixa, abrindo as torneiras.
- Tampar a caixa d'água para que não entrem pequenos animais ou insetos.

Fossa séptica

- Utilizar fossa séptica para coleta de água servida.
- A fossa séptica fica enterrada no solo e é feita de tijolos ou de concreto. A água servida da casa é levada até ela por canos. As partes sólidas que vêm com a água servida, tais como as fezes, ficam retidas nessa caixa.
- Entretanto, o restante da água que sai da fossa ainda é contaminado e não deve ser reaproveitado ou lançado nos rios ou nas ruas.
- O mais indicado, atualmente, é a construção de um sumidouro que levará essa água para bem fundo no terreno. Veja, a seguir, como funciona.



Sumidouro

- Deve ser construído na parte mais baixa do terreno.
- Nos terrenos que absorvem bem a água, o sumidouro pode ser mais raso.
- Naqueles terrenos que absorvem pouco a água, pode ser mais profundo.
- Em terrenos muito úmidos, não é aconselhável usar o sumidouro.
- A solução é enterrar manilhas furadas a 50 centímetros de profundidade com uma camada de pedra no fundo.
- Outra possibilidade é fazer um buraco em forma de um tanque circular de concreto, forrado por uma camada de pedras de 1,2 metro. ■



Referências bibliográficas

ESTADOS UNIDOS. U.W. Department of Health and Human Services. Public Health Service; Centers for Disease Control and Prevention. National Center for Infectious Diseases, Division of Quarantine. **Health Information for International Travel 2001-2002**. Atlanta, Georgia.

SETÚBAL, S. Febre amarela. In: SCHECHTER, M.; MARANGONI, D. V. **Doenças infecciosas**: conduta diagnóstica e terapêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998, p. 152-154.

MARTINS, F. S. V.; RAMOS FILHO, C. F.; FERNANDES, G. C. T. S. Malária. In: In: SCHECHTER, M.; MARANGONI, D. V. **Doenças infecciosas**: conduta diagnóstica e terapêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998, p. p. 182-196.

Sites importantes

Centro de Informação em Saúde de Viajantes – Universidade Federal do Rio de Janeiro: <www.cives.ufrj.br>.

International Society of Travel Medicine:
<www.istm.org>.

International Association for Medical Assistance to Travelers: <www.cybermall.co.nz/NZ/IAMAT/>.

0

Manual MPE foi criado para ser utilizado nos cursos de capacitação dos Monitores MPE. Em virtude da carência de publicações com abordagem prática sobre ecoturismo e desenvolvimento sustentável no Brasil, o Comitê Gestor do Programa decidiu produzir e disponibilizar o conjunto a um público mais amplo. O presente Manual pretende ser uma ferramenta dinâmica, com flexibilidade para incorporar sugestões e críticas em suas futuras edições. Aos autores dos temas foi solicitado se limitarem a textos condensados, sem, contudo, prejudicar o conteúdo. A condensação sugerida que, a princípio, pode até ser considerada negativamente, tem por objetivo estimular o público leitor a se concentrar no que for mais essencial dentro do assunto, abstraindo-se do que for supérfluo ou secundário. Desejamos a você uma boa leitura e que seu uso lhe permita um aproveitamento prático de seu conteúdo.



BASA EMBRATUR FINEP MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE